



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

BRENNO MIGUEL MIRANDA MACHADO

“GRANDES COISAS DE UM PEQUENO FUTEBOL”: a reforma do Estádio Leonardo da Silveira e a criação da Divisão Especial de Profissionais no Futebol Paraibano (1961-1962)

JOÃO PESSOA

2025

BRENNO MIGUEL MIRANDA MACHADO

“GRANDES COISAS DE UM PEQUENO FUTEBOL”: a reforma do Estádio Leonardo da Silveira e a criação da Divisão Especial de Profissionais no Futebol Paraibano (1961-1962)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M149g Machado, Brenno Miguel Miranda.

"Grandes coisas de um pequeno futebol": a reforma do estádio Leonardo da Silveira e a criação da divisão especial de profissionais no futebol paraibano (1961-1962) / Brenno Miguel Miranda Machado. - João Pessoa, 2025.

53 f. : il.

Orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Futebol. 2. Profissionalização. 3. Espaço. 4. Estádio. 5. Paraíba. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro Barros. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 796.3

BRENNO MIGUEL MIRANDA MACHADO

“GRANDES COISAS DE UM PEQUENO FUTEBOL”: a reforma do Estádio Leonardo da Silveira e a criação da Divisão Especial de Profissionais no Futebol Paraibano (1961-1962)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em História.

Trabalho considerado: _____ com nota: _____

João Pessoa, _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (orientadora)
DH/CCHLA/UFPB

Prof. Me. Diogo Pimenta Pereira Leite (examinador externo)
SEE(PB)/PMJP

Prof. Dr. Paulo Giovani A. Nunes (examinador interno)
DH/CCHLA/UFPB

DEDICATÓRIA

À minha avó (mãe) Adriana (in memorian), que sempre me apoiou e cuidou de mim.

Ao meu bisavô Aderaldo (in memorian), que me ensinou a gostar de futebol.

*À tia (mãe) Bárbara e minha bisavó Adeilda, que me ensinam sobre a vida e me inspiram a
seguir na carreira de docência.*

AGRADECIMENTOS

A escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC) é um misto de alegria e saudade, tendo em vista o tempo que passei na graduação em licenciatura em História e a finalização dessa importante etapa. Nesse tempo, houveram pessoas que foram fundamentais para minha continuidade nos estudos e para escrita deste trabalho. Esses agradecimentos pretendem reconhecer o papel que essas pessoas tiveram na minha formação e na minha vida.

Primeiramente, queria agradecer àquelas que cuidaram de mim desde criança. À minha tia (mãe) Bárbara Maria, que sempre se esforçou para que eu pudesse dar continuidade nos estudos, sem seu apoio e conversas, eu não estaria aqui escrevendo esses agradecimentos. Também agradeço à minha avó (mãe) Adriana (*in memorian*), que me ensinou sobre carinho e amor ao próximo, além de me mostrar o lado bom da vida a partir da música e do futebol. É impossível escutar Diogo Nogueira e lembrar dos primeiros jogos de futebol que assisti, sem a presença dela em minhas memórias.

Depois que minha avó partiu, quem acolheu o meu coração em luto e da minha tia Bárbara foram meus bisavós, Adeilda e Aderaldo (*in memorian*). Foi durante a pandemia da COVID-19, buscando sobreviver em um período conturbado, que passei a acompanhar os jogos do Vasco da Gama ao lado de um grande vascaíno, meu bisavô, o qual me fez esquecer uma promessa boba de nunca mais acompanhar futebol. Ele hoje não está mais aqui, mas sigo dando continuidade à herança que ele me deixou, essa pesquisa é um exemplo disso. Já a minha bisavó, Adeilda, é um exemplo de professora da vida, me ensinou o que é olhar com carinho para outro e o dom de aprender com a escuta, e me ensina até hoje sobre família e amor.

Também agradeço ao meu pai, Pedro Paulo, e minha mãe, Luana Priscilla, que se esforçam sempre para apoiar meus estudos, sempre demonstrando preocupação comigo, sei que posso contar sempre com vocês. Com isso, lembro dos meus irmãos e da tarefa que foi me dada de ser o irmão mais velho, mas percebi que aprendo mais com eles do que ensino, obrigado Brenda, Angelina, João Davi, Isaac e Arianah por serem os melhores irmãos que alguém poderia ter.

Além disso, não seria possível agradecer individualmente cada membro da família, mas registro aqui meus agradecimentos às tias, tios, primos e primas, que fizeram parte da minha infância, e estão presentes nas reuniões em família, seja para assistir os jogos da Copa Do Mundo ou até mesmo em um churrasco, só tenho a agradecer o apoio de sempre.

Para a família que não compartilho do mesmo o sangue, mas sim laços de amizade. Gostaria de agradecer ao Felipe, Lucas, Marques, Soares, Renan, que estão me acompanhando

desde o ensino fundamental, especialmente a Gustavo Nascimento, que sempre me diz que “15 anos de amizade não são 15 dias”. Já no ensino médio, carregamos amizades que viram um estudante se apaixonar pela História e decidir seguir esse sonho na universidade, que permanecem ao meu lado até hoje, Guilherme e Felipe Roque. No caminho da vida acabei conhecendo, Eduardo, Thiago, Marcos, Lucas, Luiz Filipe, André e Daniel, os quais estão presentes em diversos momentos, inclusive assistindo partidas de futebol, sofrendo, rindo e se emocionando com o que o esporte pode proporcionar.

Eu tive a companhia de Mel durante 4 anos da minha vida, inclusive estive comigo assim que ingressei no curso. Os aprendizados sobre amor e companheirismo são uma das lembranças mais bonitas que guardo desses momentos que compartilhamos e construímos. Hoje, seguimos caminhos diferentes, mas o apoio de Mel e de sua família foi de suma importância durante minha trajetória acadêmica, e estarei na torcida para que possa realizar seus sonhos. Há coisas que Freud não “disse” e sei que você irá falar e contribuir para a psicanálise.

Ao chegar na universidade, ainda um pouco assustado com a transição do Ensino Médio para o Superior, foi de grande importância a turma de História de 2021.1, que enfrentou as aulas remotas do contexto de pandemia, mesmo assim os debates que realizamos sobre os mais variados temas nas nossas aulas contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço à Mahari, minha primeira colega com quem dividi os primeiros trabalhos em grupo e duplas.

Posteriormente, para realizar as atividades recebi ajuda de outros historiadores em formação. Assim conheci Eduardo, Ana Beatriz, Ana Júlia, Dasya, Isaura, Maíra, Rickelmy, João Guilherme, Matheus Tatagiba, Luiz Villarim e Matheus Castilio, os quais estavam presentes para além da sala de aula, seja no cafezinho em Dona Help, quanto às idas para os simpósios nacionais e estaduais de história organizados pela ANPUH, guardo com muito carinho nossos momentos e conversas para além das paredes das salas do CCHLA.

Nesse momento para além da sala de aula, eu lembro logo de Enzo, que me convidou a primeira vez para o Almeidão, em uma noite chuvosa no dia 23 de setembro de 2023, quando o Botafogo virou e ganhou a partida por 3x2 do Paysandu. Enzo foi uma peça-chave para minha formação: além de me reconectar com o futebol paraibano, contribuiu para a pesquisa me instigando às idas aos Acervos e Hemerotecas, e a partir delas encontrei as fontes desta pesquisa.

Gostaria de dedicar meus agradecimentos aos funcionários e arquivologista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Acervo do Estado da Paraíba e Fundação Casa José Américo, que sempre estiveram dispostos em ajudar a presente pesquisa.

Para colocar as ideias no papel, agradeço a Júlia Inês, que me auxiliou com textos teóricos e metodológicos e contribuiu para que eu pudesse realizar o presente trabalho, além disso, ficava me ouvindo em Dona Help junto com nossos amigos sobre as descobertas da pesquisa e os mais variados temas.

No que tange à pesquisa realizada, agradeço à minha orientadora, professora Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, por ter aceitado me orientar, me auxiliando nas leituras e contribuindo para as minhas discussões em torno do futebol paraibano. A atuação de Ana Beatriz na docência e pesquisa me inspirou para olhar outras questões em torno do futebol, tanto que as discussões realizadas foram possíveis devido à sua ajuda e orientação. Não canso de dizer que Ana Beatriz me salvou e me auxiliou na minha formação.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, os quais contribuíram com leituras e estudos para minha formação. Em especial, cito Ariane, Cláudia, Priscilla, Telma, Guilherme, Tiago e Vanderlan, os quais me ouviam falar sobre a história do futebol. Também ao Ângelo, que por questões de licença não pôde me orientar nessa reta final, mas as sugestões de leituras auxiliaram nas primeiras ideias de pesquisa sobre o futebol paraibano.

Também nesse processo gostaria de agradecer o aceite da banca, ao professor Dr. Paulo Giovani, e o professor Me. Diogo Leite. Em especial Diogo, que foi meu professor de História durante o Ensino Médio, e por coincidências do “futebol”, encontrei sua dissertação sobre o futebol paraibano que contribuiu para a presente pesquisa.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e à Capes por acreditarem na Educação Superior pública e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da minha formação e estudos enquanto um professor pesquisador através de bolsas, aos quais são de suma importância para a permanência dos estudantes nas universidades. Também ao professor supervisor Fabrício e colegas que fizeram parte do PIBID entre os anos de 2022 à 2025 e contribuíram para o meu olhar sobre o ensino de História.

Peço desculpas para aqueles que por algum motivo acabei esquecendo de colocar o nome nos agradecimentos, mas saibam que estão nas minhas lembranças e em todo esse processo de formação. Obrigado pela sua colaboração direta ou indiretamente para minha pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as transformações que ocorreram no futebol paraibano entre os anos de 1961 e 1962, a criação da Divisão de Profissionais e a reforma do Estádio Leonardo Vinagre da Silveira, conhecido como Estádio da Graça. O recorte temporal dialoga com a obra memorialística escrita pelo desportista Walfredo Marques, que na época era presidente da Federação Paraibana de Futebol, junto com o vice-presidente Robson Espínola, secretário de Viação de Obras Públicas do governador da época, Pedro Gondim. Além dessa relação da política com o futebol, as mudanças realizadas não foram amplamente aceitas, gerando tensões em torno da prática esportiva na Paraíba, e amplo debate na imprensa estadual. Com isso, para compreender estas tensões, trabalhamos teoricamente com as categorias de espaço e direito à cidade do filósofo Henri Lefebvre. Metodologicamente, partimos da análise da obra de Walfredo Marques e dos jornais *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba* em diálogo com Tânia Regina de Luca acerca do uso de impressos na pesquisa histórica. Desta forma, será possível analisar a relação dos espaços da cidade com o futebol paraibano, a realização dos campeonatos oficiais e profissionais, além de compreender o Estádio da Graça e as vias do seu entorno, refletindo sobre as pequenas e grandes coisas em torno do futebol paraibano naquele contexto.

Palavras-chave: Futebol; profissionalização; Espaço; estádio; Paraíba.

ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the transformations that took place in Paraíba's football between 1961 and 1962, particularly the creation of the Professional Division and the renovation of the Leonardo Vinagre da Silveira Stadium, popularly known as Estádio da Graça. The temporal framework engages with the memoir written by sportsman Walfredo Marques, who at the time was president of the Federação Paraibana de Futebol, alongside vice-president Robson Espínola, then Secretary of Transportation and Public Works under Governor Pedro Gondim. In addition to highlighting the intersection of politics and football, these reforms were not accepted by all social classes, generating tensions around the sporting practice in Paraíba, tensions that became visible in newspaper reports. Beyond the intersection of politics and football, the changes implemented were not widely accepted, generating tensions surrounding the practice of the sport in Paraíba and sparking extensive debate in the state press. To analyze these tensions, the study draws on Henri Lefebvre's theoretical categories of space and the right to the city. Methodologically, the research is based on Marques's memoir and on the newspapers *A União*, *O Norte*, and *Correio da Paraíba*, in dialogue with Tânia Regina de Luca's reflections on the use of print sources in historical research. This approach makes it possible to investigate the relationship between urban spaces and football in Paraíba, the organization of official and professional championships, as well as to better understand Estádio da Graça and its surrounding streets, reflecting on both the minor and major aspects of football in Paraíba within that historical context.

Keywords: Football; professionalization; Space; stadium; Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte (parte central) do mapa João Pessoa (Paraíba).....	30
Figura 2: Capela Nossa Senhora das Graças (1940).	32
Figura 3: Logo da coluna Grandes Coisas de um Pequeno Futebol.....	35
Figura 4: Fotografia do Jogador Zé do Figo no Estádio Olímpico, em 1960.....	39
Figura 5: Fotografia da visita feita pelo Governador Pedro Moreno Gondim às obras realizadas no Estádio Leonardo da Silveira, em 1962.....	43
Figura 6: Montagem de fotografias sobre a confusão no dia de reabertura do Estádio Leonardo da Silveira.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: “APITO INICIAL”: O FUTEBOL PARAIBANO NO PRÉ-GOLPE E A PROFISSIONALIZAÇÃO	19
1.1 O futebol e política se entrelaçam: o contexto político do pré-golpe na Paraíba.	19
1.2: “Pequeno futebol?”: A criação da Divisão de Profissionais	21
CAPÍTULO 2: “GRANDES COISAS”: A REFORMA DO ESTÁDIO LEONARDO DA SILVEIRA.....	29
2.1: O “estadinho” da Graça e o embate entre a Federação Paraibana de Futebol e o jornal <i>A União</i>	29
2.2: A reforma do Estádio Leonardo da Silveira.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Há alguns povoados e vilarejos do Brasil que não têm igreja, mas não existe nenhum sem campo de futebol. O domingo é o dia em que os cardiologistas de todo o país trabalham mais. Num domingo normal, qualquer um pode morrer de emoção enquanto se celebra a missa da bola. Num domingo sem futebol, qualquer um morre de aborrecimento.

(Galeano, 2024, p. 135)

No dia 8 de julho de 2014 aconteceu no estádio do Mineirão, na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, a partida pela semifinal da Copa do Mundo FIFA de 2014 entre o Brasil e a Alemanha. O resultado foi uma goleada inesquecível para o futebol brasileiro, sete gols para seleção alemã contra apenas um gol da seleção brasileira. Evidentemente, este foi um jogo traumático para os torcedores da canarinha, inclusive eu, um jovem garoto que chorava ao ver na televisão a seleção de seu país levar uma goleada na sua “casa”. Com isso, fiz uma promessa para mim mesmo que nunca mais assistiria futebol, era algo sem sentido ver “22 pessoas correndo atrás de uma bola”.

Entretanto, aconteceu a pandemia da COVID-19¹, doença respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, cujos primeiros foram registrados no início de 2020 no Brasil. Com mais de 700 mil brasileiros mortos² ao longo da pandemia, muito devido ao negacionismo científico do presidente da época, que criticava o uso de máscaras, isolamento social e a prevenção a partir das vacinas, principais meios de combater a propagação da doença, várias famílias perderam seus entes queridos. Enquanto estava em isolamento social no ano de 2021, uma das maneiras de esquecer a tensão e a ansiedade de viver uma pandemia foram acompanhar jogos de futebol junto com meu bisavô, Aderaldo (*in memoriam*), que fez com que aquela promessa de um jovem garoto traumatizado com futebol fosse descumprida.

Nesse período foi quando ingressei no curso de licenciatura em História, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e de começo ainda não visualizava o futebol enquanto possível objeto de estudo. O tempo foi passando, o futebol foi se tornando uma questão central para mim, e em 2023 eu iniciava minhas idas ao estádio do Almeidão para ver o Belo³ e meus estudos em torno da história do futebol. Os encontros remotos realizados pelo Grupo de Estudos História do Futebol (GEHF), vinculado ao Laboratório de Pesquisa Histórica da Pontifícia

¹ Para mais informações, consultar a página do Ministério da Saúde no site oficial do Governo Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 01 de set. 2025.

² Esses dados estão disponíveis no site do Ministério da Saúde informando o número de casos e óbitos no Brasil. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 02 de set. 2025.

³ Apelido dado ao time de futebol da cidade de João Pessoa, Botafogo Futebol Clube.

Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), foram de suma importância para o meu aprofundamento sobre a História do Futebol. Um dos meus principais questionamentos era compreender o “torcedor misto”⁴, tendo em vista que eu sou um e também estou inserido nesse processo do desenvolvimento das transmissões do futebol, que priorizam os times das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tanto na rádio, no início da década de 1930, quanto na televisão, no início dos anos de 1980.

Este é um debate que já se discute no campo da História e das Ciências Humanas e Sociais, com foco nos impactos das transmissões dos jogos dos times de “massa” e “nacionais”. Entretanto, de tanto tentar compreender esse debate, eu pensei: na contracorrente desse processo, por que não tentar entender os motivos dos torcedores torcerem para os times da Paraíba e não os times da região sudeste do Brasil, tendo em vista que há “vilarejos do Brasil que não têm igreja, mas não existe nenhum sem campo de futebol”? (Galeano, 2024).

Não que seja fácil explicar o futebol, tendo em vista que para cada torcedor existe um significado, desde religião até mesmo uma paixão, mas com isso, fui para as fontes para ver se elas conseguiriam me auxiliar na busca por uma resposta. Comecei pesquisando sobre o início do futebol paraibano, desde meados do ano de 1908 e que passa por diversos processos nas suas três primeiras décadas. Depois busquei compreender como a Copa do Mundo de 1970, tendo em vista o uso político do futebol pelo ditador militar Emílio Médici, aparecia nos jornais da Paraíba.

Até que, em busca de respostas, fui ler a obra memorialista “A História do Futebol Paraibano (1908-1968)” publicada em 1975, pela editora *A União*, escrito pelo jornalista e desportista Walfredo Marques. Há um parágrafo na obra de Marques (1975, p. 314) que trata da criação da “Divisão de Profissionais”, medida adotada quando o próprio Walfredo foi presidente da Federação Paraibana de Futebol (FPF), entre os anos de 1961 e 1962. Surgiram-me dúvidas em relação a como um campeonato profissional poderia impactar a cidade e no “torcer” da população para os times locais, como também, o questionamento acerca de se o jogador de futebol se via como um trabalhador. Além disso, outro feito do desportista Walfredo Marques, enquanto presidente da FPF, foi a reforma do Estádio Leonardo Vinagre da Silveira, mais popularmente conhecido como Estádio da Graça, que gerou críticas de torcedores,

⁴ Torcedor misto é aquele que torce para um time de fora do seu estado/cidade de origem, geralmente para os times do Rio de Janeiro e São Paulo, ou torcem para dois times, da sua cidade local e um de fora. Para compreender a discussão sobre como ocorreu a formação de torcedores mistos consultar a referência: FERNANDES, Hevilla Wanderley. “Misto e anti-misto”: um sintoma das desigualdades regionais no torcer do Nordeste. **Ludopédio**, São Paulo, v. 142, n. 41, 2021.

jogadores e dirigentes, que eram “assessorados por uma Emissôra que ao invés de nos estimular, combatia sistematicamente a administração” (Marques, 1975, p. 316).

Não encontrei respostas, mas sim novas perguntas sobre a história do futebol paraibano. Surge o objeto de estudo deste trabalho: a disputa em torno do processo de uma modernização do futebol paraibano, a partir da criação da Divisão Especial de Profissionais e a reforma do Estádio Leonardo da Silveira, entre os anos de 1961 e 1962. A ideia de “uma” modernização é devido ao fato de que, como será discutido, há uma disputa entre a elite futebolística e os jornalistas que defendem diferentes ideias de modernidade, inclusive há disputas entre eles, pois para existir o “moderno”, é preciso superar o “atraso”.

Este debate remete no processo de urbanização da capital da Paraíba nas três primeiras décadas do séc. XX, que passa a querer “disciplinar” e “higienizar” a população pobre e trabalhadora, para que eles não “enfeiassem-na” e saíssem da parte central da cidade, não tendo o direito à “modernização” (Chagas, 2015, p. 142). No caso do futebol e o recorte estudado, seria compreender quem tinha o direito de ir ao estádio, a quem interessava e se destinava o futebol e quem eram seus profissionais.

Para compreender o discurso dos jornalistas e a obra “História do Futebol Paraibano” (1975), fui tentar encontrar qual “Emissôra” tecia críticas aos feitos da presidência da FPF. Nessa época já se tinha programas esportivos nas rádios paraibanas, entretanto não foi encontrado um acervo sonoro desse período. Com isso, consultei os jornais *A União*, órgão oficial do Estado e jornal de maior circulação, bem como *O Norte* e o *Correio da Paraíba*, entre o período de janeiro de 1961, quando foi eleita a chapa de Walfredo Marques, até maio de 1962, mês em que ocorreu a reabertura do Estádio da Graça.

De início, foi feita a digitalização das páginas esportivas do jornal *A União*, que era publicada diariamente, totalizando 219 folhas de jornal digitalizadas. Este processo foi de suma importância para compreender o contexto geral e as principais notícias que circulavam sobre o futebol paraibano, mas devido ao grande número de fontes, foi necessário selecionar e priorizar as notícias sobre a Divisão de Profissionais e a Reforma do Estádio Leonardo da Silveira, que foram os temas tratados com maior frequência, selecionando um pouco mais da metade das fontes digitalizadas. Mesmo assim, o número de notícias ainda estava grande, e ao consultar os jornais *O Norte* e *Correio da Paraíba* fiz uma busca mais focada sobre as temáticas citadas, e a soma das páginas esportivas dos dois jornais totalizaram 40.

O jornal *A União* e a obra “História do Futebol Paraibano” (1975) foram priorizados na análise do presente trabalho por serem os locais em que mais ocorriam os debates em torno do futebol paraibano. Entretanto, foi nos outros dois jornais onde encontrei um número de maior

de fotografias dos times, jogadores, das obras do estádio e do dia de reabertura, provavelmente devido ao público leitor de cada jornal, como também o valor de periódico, sendo *Correio da Paraíba* e o *Norte* com seu valor em torno de 0,80 cruzeiros (Cr\$) e *A União*, 0,40 Cr\$.

Outra coisa pertinente para apontar sobre os jornais são as páginas esportivas, as quais tinham uma página inteira dedicada para a temática; nos jornais *A União* e *O Norte*, eram publicadas na quinta página, já o *Correio da Paraíba*, na sétima página. Questões como tiragem, circulação, diagramação e produção são pontos relevantes de análise, como apontado pela historiadora Tania Regina de Luca (2008, p. 132):

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos.

No que tange às “funções sociais” do jornal *A União*, principal local em que se encontram os embates em torno das mudanças do futebol paraibano, foi possível identificar algumas dessas questões. Primeiramente, por mais que seja um órgão “oficial” do Governo, é necessário apontar o contexto político vivenciado no período, Monique Cittadino (1998) aponta que o “Populismo Gondinista” influenciou no aumento da participação das classes populares na luta pelos seus direitos políticos, chegando aparecer temáticas como a reforma agrária e as Ligas Camponesas nos jornais, como também a mobilização urbana, os movimentos estudantis e a Associação Paraibana de Imprensa. Sobre a pesquisa nos jornais, Tania de Luca (2008, p. 140) reforça a necessidade de estarmos atentos para as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, tendo em vista que não existe neutralidade nas matérias publicadas. No caso do presente trabalho, será possível ver isso nas matérias sobre o futebol paraibano que estavam inseridos no governo de Pedro Gondim e no momento de pré-golpe que instaurou a Ditadura Civil-militar.

Saindo um pouco dos jornais, é necessária uma discussão, ainda que breve, sobre as produções em torno da História do Futebol. Durante a década de 1980, os estudos sobre futebol, em sua maioria, se limitavam apenas à utilização do futebol como propaganda política, definindo-o como “ópio do povo” ou política de “pão e circo”, tendo em vista seus usos pelos governos nazifascistas na Europa, e as ditaduras na América Latina, como exemplo a instrumentalização feita do governo Médici do título da seleção brasileira de 1970. Entretanto, os estudos sobre futebol na Ciências Humanas ampliaram esse escopo, as pesquisas passaram a se voltar ao futebol como elemento de formação de identidade, como também a sua

importância social, cultural, política e econômica, além da grande representatividade do esporte para o Brasil, afinal, mesmo algumas pessoas não gostando de futebol, elas param para assistir aos jogos da Copa e acompanham a seleção (Magalhães, 2010).

Essa mudança com o futebol enquanto objeto de estudos também apareceu em produções sobre o futebol paraibano, com pesquisas para além do campo da História⁵. Entretanto, dado os limites do texto, foi necessário recortar apenas trabalhos voltados para a História do Futebol Paraibano. De início, o futebol aparece de forma mais localizada em algumas pesquisas⁶, até que vai se tornando objeto de estudo central.

Nesse avanço mais recente, duas dissertações foram fundamentais para a elaboração do presente trabalho. A dissertação “Quem manda no futebol da Paraíba?: elites políticas e estado novo (1941-1947)” defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em História da UFPB, de autoria do historiador Diogo Pimenta Pereira Leite, tendo em vista os processos em torno do decreto-lei 3.199/41 e os impactos da profissionalização, latentes mesmo após vinte anos, chegando ao recorte temporal desta pesquisa. Como também a dissertação “Operários” da bola?: experiências sobre a profissionalização dos jogadores e clubes de futebol de Campina Grande - PB (1960-1975)”, de autoria de Marco Batista Neto (2018). A análise do autor sobre o processo da profissionalização do futebol nos times de Campina Grande no recorte 1960-1975, por mais que estivesse tratando de processos específicos de como ocorreu no futebol de Campina Grande, o autor aponta a relação desse processo e os embates com a Federação Paraibana de Futebol, a qual residia na Capital, e abrange o recorte temporal do Walfredo Marques enquanto presidente da FPF. O debate feito pelo autor contribuiu para a compreensão da criação da Divisão de Profissionais e a reforma realizada no Estádio da Graça.

Também foi fundamental a análise dos estádios de futebol, tendo em vista o debate em torno da reforma do Estádio Leonardo da Silveira. No artigo “Brasil-grande, estádios gigantescos’: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985” (2021), escrito em conjunto por João Manuel Malaia Santos e Rafael Fortes, os autores irão debater a utilização da cultura política e a disputa pela memória a partir dos estádios construídos durante a ditadura militar brasileira. Por mais que não seja o

⁵ Um exemplo disso é a dissertação “O Belo e suas torcidas: um estudo comparativo sobre as formas de pertencimento que cercam o Botafogo da Paraíba” (2019), defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por Phelipe Caldas.

⁶ Exemplo na dissertação “Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte”, defendida em 1999, pela historiadora Dra. Serioja Rodrigues Marinho, ao abordar o cotidiano de Princesa, discute o futebol enquanto um símbolo moderno. Como também, a dissertação “As festas da nação: civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil” (2007), do historiador Dr. Fabrício de Sousa Moraes, o qual vai tratar em um capítulo sobre o uso do esporte na comemoração do centenário da Independência.

mesmo recorte temporal, foi possível analisar a relação entre política e o estádio da Graça, a partir do envolvimento do Robson Espínola, secretário de Viação e Obras Públicas, nesse projeto “moderno” de reforma.

Além disso, o debate entre “modernidade” e “urbanização” se torna pertinente ao analisar um estádio de futebol. Um outro artigo, agora escrito apenas pelo historiador João Malaia Santos, “Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar: Possibilidades de investigação no acervo digital do Sian” (2023), analisa os processos de construção de estádios a partir do acervo do SIAN. Utilizando do conceito de *cidade* segundo Lefebvre (2008), o autor irá compreender os estádios de futebol enquanto expressões latentes da reprodução de relações capitalistas. Essa análise contribuiu de forma teórica-metodológica para a análise do estádio Leonardo da Silveira a partir do conceito de *direito à cidade* de Lefebvre (2016).

Em síntese, o texto foi dividido em três partes centrais. A primeira, de forma introdutória, irá discorrer em torno do contexto político do pré-golpe na Paraíba (Cittadino, 1998) e as relações entre política e futebol, tendo em vista o papel do secretário Robson Espínola. Já na segunda parte, será abordada a criação da Divisão de Profissionais vinte anos após o Decreto-lei n. 3.199/41, buscando compreender como estava ocorrendo o processo de profissionalização no início de 1960, refletindo até que ponto os jogadores se viam enquanto trabalhadores. Por fim, será realizada uma discussão em torno da reforma do Estádio da Graça, que era defendido enquanto um símbolo de “modernidade” do futebol e da cidade. A partir dessas três temáticas centrais, buscaremos contribuir com um pequeno “tijolo” na “construção” da história do futebol da Paraíba, tendo em vista que “Num domingo normal, qualquer um pode morrer de emoção enquanto se celebra a missa da bola. Num domingo sem futebol, qualquer um morre de aborrecimento” (Galeano, 2025, p. 125).

CAPÍTULO 1: “APITO INICIAL”: O FUTEBOL PARAIBANO NO PRÉ-GOLPE E A PROFISSIONALIZAÇÃO

1.1 O futebol e política se entrelaçam: o contexto político do pré-golpe na Paraíba.

No dia 11 de janeiro de 1961, com apenas um voto de diferença, é eleita a chapa de Walfredo Marques e Robson Espínola, que assumem a presidência da Federação Paraibana de Futebol⁷. Definido por Walfredo (1975, p. 312) em seu livro como o período que a “política esportiva teve maior progresso, num confronto com os demais Estados”⁸, com base nas medidas adotadas por sua gestão, que duraria até 1962, com destaque para a criação da “Divisão de Especial de Profissionais” e a reforma do Estádio Leonardo Vinagre da Silveira, conhecido popularmente como Estádio da Graça. Pertinente mencionar que Robson Espínola, além de vice-presidente da FPF, também atuou enquanto secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Pedro Gondim. Essa relação da política com futebol não ocorre apenas nesse período, e a partir da figura do secretário, e os cargos que ele ocupava, é possível dialogar como o futebol estava inserido na política paraibana.

A obra “Populismo e golpe de Estado na Paraíba” (1998), que foi defendida como dissertação no ano de 1995 pela historiadora Monique Guimarães Cittadino, nos servirá de base para compreensão desse período nos próximos parágrafos. O Pedro Moreno Gondim assumiu o governo do Estado no início de 1958, saindo do cargo de vice-governador para governador após Flávio Ribeiro se afastar devido a questões de saúde. Em 1960 já iriam ocorrer as eleições para governador, e Pedro Gondim já se preparava para a disputa nesses dois anos em que assumiu o mandato. Segundo Cittadino, foi um governo marcado por ser “populista”⁹ e voltado para classes populares, porém a autora reforça o cuidado ao trabalhar esse conceito, pois ele difere da definição que se limita em torno da aliança econômica e política entre o proletariado, classe média e a burguesia para o desenvolvimento do capitalismo industrial. A Paraíba possuía próprias particularidades, pois segundo:

⁷ **A União**, 13 de janeiro de 1961.

⁸ Por se tratar de uma obra memorialística, a ideia de autopromoção é recorrente no livro. Tendo em vista que Walfredo Marques foi um desportista da elite paraibana no passado, como visto nos seus cargos enumerados no tópico “Vida Social/Desportiva do Autor” localizada em seu livro (Marques, 1975).

⁹ Há um debate pertinente sobre os conceitos de Trabalhismo e Populismo, mas no presente trabalho se optou pelo uso do populismo, se atentando para as particularidades do governo de Pedro Gondim na Paraíba. Para a compreensão do conceito ver: CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-32.

No caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo, e consequentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migra para os centros urbanos, constituindo aí as massas populares, que incidirá a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força do processo de industrialização (Cittadino 1998, p. 18).

O “Populismo Gondinista” era utilizado como forma de legitimar a política do governador, a qual estava inserida no contexto das “reformas de base” do João Goulart. Importante pontuar que as políticas voltadas para as classes populares não se limitavam apenas a um domínio das elites sobre as “massas”, mas também um modo de expressão das demandas populares, que reivindicavam os seus direitos. Com isso, Pedro Gondim busca criar uma base populista forte, pois a sigla partidária que fazia parte, o Partido Social Democrata (PSD), opta pela candidatura de Janduhy Carneiro para governador, expulsando Gondim do partido e fazendo-o se lançar como candidato independente. Mesmo sem estar no seu partido, Gondim vence a eleição com a diferença de 24.920 votos (Cittadino, 1998, p. 108).

Após vencer as eleições, há duas características que exemplificam suas políticas populistas, sua relação com as Ligas Camponesas e a questão de obras públicas. Nos dois primeiros anos de mandato (1961-1962), recorte temporal do presente trabalho, Monique Cittadino (1998) apresenta a relação de Gondim com as Ligas Camponesas. O governador apoiava o movimento da reforma agrária, questão que estava no cerne do debate nacional com as reformas de base do João Goulart, e mesmo com a forte pressão dos grandes latifundiários que reprimiram as revoltas, Gondim não utilizava da força policial para conter os camponeses, justificando que deveria ser algo resolvido na justiça, priorizando a reforma agrária para solucionar os problemas, como visto no conflito do Engenho Miriri (Mamanguape), em março de 1962.

Essa relação não irá durar por todo mandato de Gondim, pois em 1963 ele rompe sua relação com o “Populismo Gondinista”. O seu papel de não intervir nos conflitos entre camponeses e latifundiários, adotando uma posição de equilíbrio com as duas forças antagônicas é vista na seguinte descrição: “Ele acendia uma vela a Deus e outra ao Diabo” (Pereira, 1995 *apud* Cittadino, 1998, p. 139). O estopim dessa conflituosa relação ocorreu com o “massacre” de Mari, do dia 14 de janeiro de 1964, totalizando 12 mortos e feridos de ambos os lados, o que geraria uma pressão maior para o governador por parte dos latifundiários, e acabou utilizando o aparato da polícia para investigar e prender os “revoltosos” camponeses.

Devido a essa crise política, e com receio de perder seu mandato de governador, Pedro Gondim rompe com a esquerda e os movimentos populares, dialogando mais com o grupo conservador. Tendo em vista o golpe que viria ocorrer em 1º de abril de 1964, foi uma decisão acertada, pois Pedro Gondim, por mais que tivesse apoiado João Goulart anteriormente com a campanha de legalidade, decidiu “parabenizar” os feitos dos militares no dia do golpe militar. Com isso, a sua política populista já estava desmantelada, e para sua “sobrevivência política” chega ao fim com o golpe de 1964. Os setores sociais organizados pela esquerda, antes apoiados por Gondim, passam a ser punidos e perseguidos, sobretudo as Ligas Camponesas, pois uma forte repressão não irá permitir mais a reorganização política dos camponeses (Cittadino, 1998).

A questão das obras públicas foi outro elemento presente durante o governo de Pedro Gondim. Há o relato em que o governador passa a “fazer obras em todos os municípios da Paraíba” (Zenaide, 1994 *apud* Monique, 1998, p. 96), com o objetivo de expandir seu nome por todo o Estado. Isso também se reflete na capital, onde o secretário de Viação e Obras Públicas, Robson Espínola, fez parte da Comissão do processo de iluminação do Estádio Leonardo Vinagre da Silveira, juntamente com Walfredo Marques¹⁰, que presidiu a comissão, Eduardo Melo e o secretário Antônio de Abreu e Lima. Fechando o estádio por quase um ano, tendo suas primeiras campanhas de melhorias iniciadas em março de 1961, é a partir dessa comissão de iluminação que a reforma irá se tornar centro de um debate entre torcedores, jornalistas, jogadores e dirigentes, muitas das vezes de forma “calorosa” como visto no seguinte trecho: “essa luta não foi bem compreendida pela imprensa falada e escrita que me combatia, tentando derrubar tudo que havia sido esquematizado” (Marques, 1975, p. 315).

1.2: “Pequeno futebol?": A criação da Divisão de Profissionais.

“O jogador entregava sua energia em troca de um salário, como um operário industrial, e ficava prisioneiro como servo da gleba.”

(Galeano, 2024, p. 66)

Deixando a reforma do Estádio da Graça um pouco de lado para retomá-la no próximo capítulo, agora iremos abordar a criação da “Divisão de Profissionais” e os seus impactos, analisando as transformações que intensificam a venda da “energia” do jogador em “troca de um salário”, se tornando um “operário” do seu clube.

¹⁰ Além de ocupar cargos desportista, Walfredo Marques foi “colaborador” do jornal *O Norte*, entre as décadas de 1950 e 1960 (Marques, 1975).

Para oficializar o novo certame, é publicado no jornal *A União*¹¹ a ata da reunião da FPF realizada em 28 de abril de 1961. Além da Divisão de Profissionais, também são oficializados os campeonatos: Misto, 1ª e 2ª Divisão, que já eram disputados no ano de 1960, e os amadores, divididos entre Juvenil e Infantil. Não é a primeira vez que o futebol paraibano entra em contato com a questão da profissionalização, pois, ela se tornou um debate desde o decreto lei n. 3.199/41, que buscava regularizar a profissionalização em todo o país, instaurado no contexto da ditadura do Estado Novo (1937-1945). O historiador Diogo Leite (2017) discute em sua dissertação como ocorreu esse processo no futebol paraibano, apresentando as contradições, tendo em vista que uma parte das Elites paraibanas recusaram a profissionalização e defendiam um esporte voltado para o “lazer”, buscando limitar os praticantes do futebol aos membros das elites, defendendo o “espírito do esporte”. Além disso o autor aponta a prática do “amadorismo marrom” no futebol paraibano, um mecanismo que utilizava do recebimento indireto em dinheiro por partidas disputadas, mas que não reconhecia o jogador enquanto um profissional.

O que seria então a “Divisão de profissionais”, após 20 anos do decreto lei 3.199/41? Como estaria o processo de profissionalização no futebol paraibano? Para responder essa pergunta se torna necessário dialogar com a dissertação de Marco Batista Neto (2018), com foco no recorte temporal de 1960-1975, na qual apresenta os salários, a questão do passe e a relação com os dirigentes do clube, a partir do conceito de experiência, do historiador marxista inglês Edward P. Thompson, com foco em como os jogadores se viam enquanto trabalhadores a partir dessa experiência comum e partilhada. Uma questão fundamental trabalhada pelo autor é o impacto que a profissionalização tem na equipe do Campinense, tendo em vista o hexacampeonato conquistado entre os anos de 1960 e 1965.

O primeiro campeonato que o Campinense ganhou, em 1960, foi o Misto da 1ª Divisão, sendo o principal certame disputado entre os times do Paulistano, de Campina Grande, e Auto Esporte, Botafogo, Estrela do Mar e Santos, de João Pessoa. Já no campeonato de 1961 tivemos a participação do Treze no lugar do Estrela do Mar, equilibrando e ficando três times de cada cidade. A não participação do Treze na edição de 1960 ocorreu devido a uma escolha dos dirigentes do clube, pois participar do campeonato estadual era inviável financeiramente, optando por disputar o campeonato municipal e amistosos que eram mais rentáveis, sendo um momento de atrito contra a FPF, que sempre buscava beneficiar os times da capital, conforme Batista Neto (2018, p. 87).

¹¹ *A União*, 30 de abril de 1961.

É a partir desses processos que o jogador “entregava sua energia em troca de um salário” (Galeano, 2024, p. 66). No Campinense, se inicia a discussão em torno da profissionalização tem início em 15 de março de 1958, de começo rejeitada por grande parte dos “cartolas”¹² que comandavam o clube, com receio de “industrializar” o futebol e permitir a participação dos populares. Entretanto, Batista Neto (2018, p. 58) aponta que mesmo com esses embates o Campinense inicia o processo de profissionalização, não apenas contratando “operários da bola”, mas também “fisicultores (preparadores físicos), médicos, massagistas, roupeiros, dentistas, psicólogos, assistentes técnicos, olheiros, cozinheiras e assistentes sociais”, como também seguiu uma gestão empresarial adotada pelos principais clubes do país. Por mais que o Botafogo da Paraíba tivesse iniciado o processo de profissionalização antes, não conseguiu bater de frente com os times de Campina Grande durante a década de 60, fazendo com que a cidade se tornasse a “Capital do futebol”.

Esse processo pode ser visto em João Pessoa a partir dos anúncios de contratações de jogadores. A matéria “Botafogo Fez Nova Aquisição”, publicada na página esportiva do jornal *A União*¹³, relata os preparativos do clube para a Divisão de Profissionais, com a contratação do jovem atacante Coca Cola, o qual recebeu “a importância de 15 mil cruzeiros de luvas¹⁴” e seu “vencimento” em torno de “4 mil cruzeiros”. Na época, o salário mínimo, com base no Decreto nº 45.106-A¹⁵, estava na quantia de 3.600 Cr\$ para o município de João Pessoa, o qual só iria alterar em outubro de 1961, com o Decreto nº 51336, assinado pelo presidente Jango, que passa para o valor de 8.064 Cr\$¹⁶, logo o jogador de futebol recebia aproximadamente o valor de um salário mínimo para exercer o seu ofício.

Entretanto, o valor do salário não era visto como algo ruim para os jogadores de futebol. O historiador Marco Batista Neto (2018, p. 59) traz o relato oral do ex-atleta profissional do Campinense, José Lima (Zé Lima) que comenta que além do salário mínimo os jogadores recebiam gratificações, prêmios de torcedores e de lojas, e que no fim não ligava muito para isso, o que importava era “honrar a camisa do clube”. Além disso, o autor debate que a maioria dos jogadores possuíam essa forte ligação com o clube, tanto que na época do amadorismo marrom, entre os anos de 1930 e 1940, os jogadores eram assalariados em outras categorias profissionais e praticavam o desporto concomitantemente.

¹² Uma peça de vestuário que era utilizada pelos dirigentes de clube, se tornando um apelido para esses aristocratas que comandam os times de futebol.

¹³ *A União*, 20 de junho de 1961.

¹⁴ Valor bônus recebido pelo jogador no ato da assinatura do contrato.

¹⁵ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁶ *A União*, 07 de outubro de 1961.

Retomando a contratação do atacante Coca Cola, é pertinente comentar como se deu o processo de assinatura do contrato. Pela liberação do jogador foram pagos ao *Red Cross* a “soma de 30 mil cruzeiros, sendo 15 mil na hora da assinatura e 15 mil para pagar por ocasião de uma partida amistosa”. Além da renda com a bilheteira dos jogos e premiações, os clubes lucravam com a venda de jogadores tendo em vista a questão do “passe”. Em comparação há uma venda de um jogador do Campinense, sendo uma das transações mais caras, até o momento, do futebol do paraibano, a venda do jogador Chiclets para a equipe do Portuguesa paulista (SP), o qual foi vendido, em 1962, pela quantia de 3 milhões de cruzeiros, recebendo 1 milhão de luvas e 50 mil cruzeiros mensais (Batista Neto, 2018, p. 77).

Além das questões de salários e contrato, o jogador também deveria ter direito a férias, se aproximando ainda mais de um trabalhador. No dia 20 de dezembro de 1961 é publicada uma nota da secretaria da FPF no jornal *A União*, informando que entre os dias 18 de dezembro a 7 de janeiro de 1962 será o período de férias dos jogadores, com base no Decreto n. 51.008¹⁷, de 20 de julho de 1961, assinada pelo presidente da época Jânio Quadros, que além de disciplinar a participação dos atletas em partidas de futebol, também abrangia a outras competições desportivas. Nesse período sem treinos e disputa de partidas, a federação só funcionária no turno da manhã. Interessante notar que esse decreto tem como base o Decreto-lei n. 3.199/41, 20 anos após a lei instituída na ditadura do Estado Novo, ainda ocorrem alterações para que os jogadores tivessem seus direitos trabalhistas.

Essa nota da Federação gerou debates entre as elites da época, o que pode ser notado em um trecho da coluna “Grandes coisas de um Pequeno futebol”, sob o título “Sobre Máquinas, Seres e Férias”, publicada por Espedito Gomes:

Muitos dirão “Ele ganham muito (referindo-se ao jogadores do sul), são ricos, para que férias”? [...] A Lei não especifica clubes nem tão pouco regiões da Nação. E creio mesmo que o atleta nordestino é o que mais necessita desta tão propaladas e benéficas férias. O motivo todos conhecem. Infelizmente os que mais sofrem neste toco torráo nordestino, tanto o atleta, o camponês, modestos funcionários municipais, como o mendigo, os desocupados e os mutilados das ruas, são os que menos repousam e nunca têm férias, excetuando-se ultimamente, o atleta de futebol¹⁸ (A união, 22 de dezembro de 1961, p. 5)

O jornalista compara o jogador com outras profissões mais populares, reconhecendo a problemática da venda de horas trabalhadas e a necessidade de férias, já que o ser humano não é uma “máquina” feita para trabalhar incansavelmente. Além disso, comenta no decorrer da

¹⁷<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51008-20-julho-1961-390632-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁸ Nessa e nas demais citações de matérias jornalísticas se optou por citar conforme a grafia da época.

coluna sobre um “nosso conhecido desportista” que ironiza o Decreto n. 51.008, “Férias? Que férias!, jogador de futebol descansa jogando e fazendo goals”. O autor da coluna relata com “certeza” que o “amigo” é descendente de “faraós” ou “césares da antiguidade”, já que queria negar o direito de férias aos jogadores. Interessante ver que entre os jogadores, dirigentes de clube, jornalistas, desportistas e a FPF havia momentos de tensão, e também o jornal, que carrega seu próprio viés ideológico, sendo um “campo” de disputas.

Ademais, para compreender a relação de futebol como um trabalho, é pertinente olhar para as comemorações do primeiro de maio. Na matéria “Dia do trabalhador Será Bem Comemorado: Nas festividades, um Torneio de Futebol” publicada no jornal *A União*, no dia 26 de abril de 1961, o certame seria disputado pelas seguintes equipes: “O Sindicatos da Construção Civil Gráficos Fibra Vegetal, Metalúrgicos, Alfaiates, Comerciais; Cal e Gesso e Ferroviários, além do Círculo Operários de João Pessoa”. Os jogos seriam realizados de portões abertos no estádio “Leonardo da Silveira” cedido pelo prefeito Miranda Freire e houve premiação para as equipes que iriam disputar o campeonato, sendo eles: “uma máquina de costura para o primeiro colocado, um rádio para o segundo e mais meia dúzia de cadeiras para o terceiro”. Além disso, se torna pertinente apresentar o trecho sobre a comissão organizadora:

A Comissão encarregada de promover os festejos de primeiro de maio está assim composta. Luiz Bernardo, Lourdes Gces, Josefa de Oliveira; Francisco Trindade, Rivaldo Cipriano, além de representantes da **Associação das Donas de Casa, Liga Camponêsa, da classe estudantil e ferroviários** (*A União*, 26 de abril de 1961, p. 5, grifo nosso)

Interessante notar que o futebol e o primeiro de maio de 1961 têm forte ligação com a classe trabalhadora. Na “contramão” da ideia que perdurou nas pesquisas de Ciências Humanas na década de 1980, em que o futebol seria apenas uma forma de “pão e circo” para as grandes massas, nesse caso havia a participação dos trabalhadores, inclusive das Ligas Camponesas, que ganha bastante projeção nos dois primeiros anos de governo do Pedro Gondim, entre 1961 e 1962, se fortalecendo e buscando mais espaços de atuação política. Importante ressaltar que três anos depois da comemoração noticiada, em 1º de abril de 1964 ocorreu o golpe da Ditadura Militar no Brasil, mas mesmo antes Pedro Gondim já vinha abandonando o “populismo” e adere a repressão realizada pelos grandes latifundiários contra as Ligas de Sapé (Cittadino, 1998).

Ainda, no dia 30 de abril de 1961 é publicada na capa do jornal *A União* toda a programação do dia do trabalhador organizado pelo Governo do Estado, iniciando às 5 horas da manhã e finalizando às 20 horas. Um evento da programação era o torneio desportivo sindical, comentado anteriormente, que ocorreria às 09 horas, mas algo digno de nota é a

“concentração operária” no Parque Solon de Lucena, às 15 horas, que seria um momento em que o Governador Pedro Gondim, o Prefeito da Capital, líderes sindicais, estudantes e camponeses iriam realizar um discurso para toda população. Aqui temos um exemplo das práticas do governo de Pedro Gondim, buscando ter uma relação forte com os movimentos populares, majoritariamente de esquerda, para legitimar seu governo, utilizando da data comemorativa do dia do trabalhador, como também do futebol, para fundamentar seu “Populismo Gondinista” (Cittadino, 1998).

Retomando a discussão do jogador enquanto trabalhador, para compreender os motivos para ele se tornar um “prisioneiro como servo da gleba” (Galeano, 2022, p. 66) é necessário olhar para o debate em torno do “passe”. Na coluna “O “Passe””, o jornalista Normando Filgueiras tece críticas a como ocorria, os contratos dos jogadores de futebol:

O “Passe”

Normando Filgueiras

Ao nosso ver uma coisa está travando um maior incremento do futebol brasileiro – a instituição draconiana do “passe”.

No regime democrática em que vivemos, isto é como que uma “lei de arrocho”, ditatorial, restritiva da liberdade. Uma instituição algo parecida com escravatura. Os craques perdem a própria personalidade para transformarem-se em “gado humano”, simples mercadoria.

Às vezes um jogador quer transferir-se para outro clube mas a exigência do “passe”, com as altas somas pedidas pelo clube a que se vincula, cria o “impasse”. Para os clubes, tudo. Para os craques, nada... [...]

É tempo de voltar ao assunto. As leis esportivas brasileiras precisam dessa salutar reforma. Ao mesmo tempo, porém, como medida de defesa o futebol pátrio, crie-se um dispositivo proibindo, terminantemente, a saída de nossos maiores valores para o estrangeiro. Os Pelés, os Didis, os Garrinchas, são patrimônio nacional... (*A União*, 23 de setembro de 1961, p. 5)

É necessário apontar que o passe, para o jornalista, era visto como uma “lei de arrocho”, de controle “ditatorial”, pois restringia o direito do jogador de escolher o clube em que atuava. Além disso, a transformação do jogador em uma “mercadoria”, tendo em vista que o “lucro” da venda ficava para o clube, após 20 anos da lei 3.199/41, percebemos que o mercado capitalista se voltava para os processos de venda e compra de jogadores. Além do exemplo da venda do jogador Chiclets, citado anteriormente, o historiador Batista Neto (2018), relata que mesmo com os salários desvalorizados, os jogadores eram vendidos a “peso de ouro”, pois a maioria dos jogadores não possuíam empresários para lhe representarem nas negociações, portanto, toda arrecadação da venda de uma atleta ficava para o clube. Além disso, o clube

poderia colocar “altas somas” para criar “impasse” da venda de um jogador, como relata Normando Filgueiras.

Mesmo criticando o “passe”, o jornalista relata a necessidade de discutir essas questões, pois mesmo com o fim do “passe”, era necessário ter um “dispositivo” para não perder os jogadores para o futebol estrangeiro. Esse receio de perda de jogadores é visto na seguinte notícia, “Jânio contrário à venda de Pelé”¹⁹, segundo a qual o presidente da época, Jânio Quadros, enviou um telegrama ao presidente do Conselho Nacional de Desportos relatando sua preocupação pela contratação de jogadores brasileiros por times estrangeiros, buscando defender o “patrimônio nacional”, preocupação também de Normando Filgueiras. Há registros de jogadores contratados por clubes europeus nesse período, em busca de melhores salários, mas o valor do “passe” em sua maioria ficava para o clube, essa situação só se alteraria nas décadas posteriores com a “lei de Bosman” de 1995 na Europa, “Lei Zico” e “Lei Pelé” na década de 1990²⁰ no Brasil.

Dando continuidade à questão econômica e o futebol, há uma “guerra”²¹ noticiada nos jornais entre a Crônica Esportiva e a FPF. Isso ocorreu devido ao fato que Walfredo Marques solicitou 20% da renda do torneio início, o qual era organizado e bancado pela Associação de Crônica Esportiva Paraibana (ACEP), relata-se na matéria que teria deixado os associados “desacreditados” com os dirigentes do futebol paraibano, pois a renda do campeonato anterior teria sido em torno de 62 mil cruzeiros, sendo saldo positivo para ACEP de 16 mil cruzeiros. Com isso, devido ao campeonato de 1961 possuir grandes expectativas, os mandatários da Federação teriam “inveja e ao mesmo tempo olhos grandes”, segundo os cronistas na matéria, buscando entrar na “jogada” da renda dos campeonatos.

Após esse relato da confusão, a ACEP anuncia um “ultimatum”. Com apenas apoio das equipes do Santos e Botafogo, contra a FPF, Auto Esporte, Campinense e Treze, ou seja, três dos seis times que faziam parte da Divisão de Profissionais, a ACEP afirma que não iria mais patrocinar o certame caso a FPF não desistisse dos 20%, além de deixar a organização sob responsabilidade da Federação, e no final exclama “Paciência Walfredo Marques assim também é demais”. Essa questão só se resolveria no dia 15 de junho²², quando a FPF abre mão dos 20%. Este é um caso em particular que exemplifica as disputas políticas no futebol, não sendo um

¹⁹ **A União**, 12 de abril de 1961.

²⁰ Para compreender como se deu o novo jeito de “fazer negócios” no futebol durante a década de 1990 e o processo de contrato e venda de jogadores consultar o trabalho: ALMEIDA, Rodrigo. Globalização e futebol: o mercado mundial de transferência de jogadores e a questão centro-periferia no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-62, 2023.

²¹ **A União**, 08 de junho de 1961.

²² **A União**, 15 de junho de 1961.

processo homogêneo de comum acordo entre as elites, mas sim uma disputa em torno do “dinheiro”, pois ele ocupa o “primeiro lugar” do objetivo de muitos, seja da FPF, ACEP ou dirigentes de clubes.

Essas disputas também estão presentes na reforma do Estádio Leonardo da Silveira, já que a praça esportiva fica fechada durante um ano de reforma impossibilitando, a geração de renda a partir da bilheteria. Na matéria “Reforma no Campo da Graça: campanha já foi iniciada...”²³ é relatado o apelo do presidente da FPF, Walfredo Marques, solicitando ajuda de diversos órgãos e da população local para doação de “dinheiro, tijolos, madeira, cimento e até mesmo garrafas”, para contribuir na reforma que traria condições de “higiene” e “conforto” ao Estádio da Graça.

Entretanto, a necessidade dessa modernização não foi aceita por todos e Walfredo Marques (1975) relata esta como uma “Missão difícil para FPF”. A reforma buscava construir vestiários, fachada, banheiros e a instalação de iluminação, o que impossibilitaria a prática desportiva no local, sendo necessário realização dos jogos no estádio Olímpico Governador José Américo de Almeida, construído em 14 de abril de 1957. Isso gerou “sérias críticas de torcedores apressados, os quais eram bem assessorados por uma Emissora”²⁴. Walfredo Marques (1975) aponta que não recebeu apoio, mas sim combates diretos contra sua administração. São essas “críticas” à reforma do Estádio Leonardo da Silveira que serão investigadas, a partir das matérias de jornais, tendo em vista as disputas sobre qual seria a melhor maneira de tornar o futebol paraibano “grande” e “moderno”.

²³ **A União**, 05 de março de 1961.

²⁴ Não foi possível definir identificar qual “emissora” Walfredo se refere. Embora as críticas apareçam na imprensa escrita, a ausência de um acervo dos programas esportivos radiofônicos desse período impede confirmar ou refutar a veiculação dessas críticas por esse meio.

CAPÍTULO 2: “GRANDES COISAS”: A REFORMA DO ESTÁDIO LEONARDO DA SILVEIRA

2.1: O “estadinho” da Graça e o embate entre a Federação Paraibana de Futebol e o jornal *A União*.

Em nosso tempo, o fanatismo do futebol invadiu o lugar que antes estava reservado somente ao fervor religioso, ao ardor patriótico e à paixão política. Como acontece com a religião, com a pátria e com a política, muitos horrores são cometidos em nome do futebol, e muitas tensões explodem por seu intermédio.

(Galeano, 2024, p. 129)

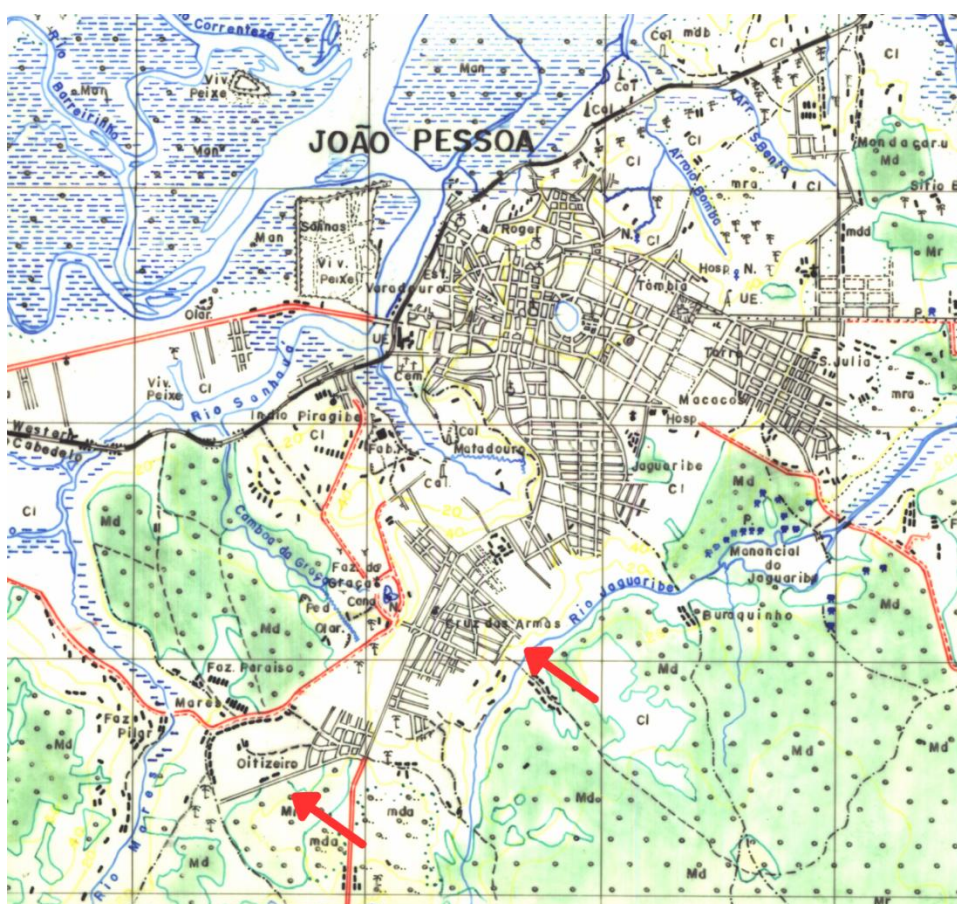
Antes de discutir sobre “o fanatismo do futebol” e as “tensões” que explodiram a partir do processo de modernização e iluminação do Estádio Leonardo da Silveira entre 1961 e 1962, é necessário comentar, brevemente, sobre o bairro de Cruz das Armas, e a fundação do Campo da Graça. No *site Filipeia - Mapas da Cidade*²⁵, um portal de geoinformação desenvolvido pela prefeitura de João Pessoa e a Secretaria de Municipal de Planejamento (SEPLAN), encontramos informações, mapas, fotografias e mapas históricos sobre o desenvolvimento urbano da capital da Paraíba. Neste *site* há um documento intitulado de “Atlas Municipal”, que busca descrever características dos bairros da cidade, e no caso de Cruz das Armas sua origem remonta ao “engenho da Graça”, que ocupava aquela região e que tem sua primeira escritura datada de 1704, e o ano de fundação da Capela de Nossa Senhora das Graças e da Ordem Terceira, em 1785.

Posteriormente, durante o processo de urbanização da cidade no início do século XX, há uma nova ocupação daquele espaço com o bairro de Cruz das Armas. Um autor que nos auxilia na compreensão desse momento é o historiador Waldeci Ferreira Chagas, em seu artigo “Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna” (2015), onde irá analisar, entre 1910 e 1930, como ocorre o processo de urbanização, modernização e higienização da cidade. Digno de nota é comentário breve sobre o bairro de Cruz das Armas no decorrer do texto, quando o autor irá analisar o motivo de não ocorrer formação de vilas operárias na capital, pois além da ocupação dos operários nas ruas do Melão e da Raposa, a classe trabalhadora construía suas “casas de palhas e de taipa nos arrabaldes de Cruz das Armas, Cruz do Peixe, Jaguaribe, Roger e Torre” (Chagas, 2015, p. 155).

²⁵ Para mais informações acessar o *site* em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2025.

Retomando para o futebol, no dia 9 de janeiro de 1944 é inaugurado o Estádio do time de fábrica Dolaport, posteriormente oficializado como Estádio Leonardo Vinagre da Silveira²⁶, mais conhecido popularmente como “Campo da Graça”. Em seu livro, Walfredo Marques (1975) relata que o jogo de abertura ocorreu entre os times Dolaport, que representava a fábrica de cimentos Portland, de propriedade do Geraldo Portela, e Santa Cruz de Recife, tendo a partida terminado em um empate de 4x4, primeiro gol foi feito pelo jogador Odilon. Assim, temos um time composto por operários jogando em um estádio construído em um bairro marcadamente por operário. Não tive acesso a fotografias da abertura do estádio, mas a partir de um recorte do mapa de 1944 da cidade de João Pessoa, disponível no site *Filipeia*, podemos visualizar na Figura 1 como ocorreu o processo de urbanização do bairro de Cruz das Armas e Oitizeiro, ambos apontados com seta (destaque nosso), que está em diálogo com a fundação do estádio:

Figura 1: Recorte (parte central) do mapa João Pessoa (Paraíba).



²⁶ Essa nomeação ocorreu para homenagear o desportista paraibano, Leonardo Vinagre da Silveira, que atuou em diversos esportes e foi jogador do time do Santos de João Pessoa, atuando como goleiro, e faleceu em 1959 enquanto estava no carnaval de Areia, questão relatada na coluna “Grandes Coisas de um pequeno futebol”, por Espedito Gomes, publicada na A União, no dia 11 de março de 1962.

(FIGURA 1) **Fonte:** Serviço Geográfico do Exército, 1944. Disponibilizado por: Filipeia/SEPLAN/PMJP. Disponível em: https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/files/mapas/joao_pessoa1944.tif. Acesso em: 28 ago. 2025.

Diferentemente da cartografia atual, a ocupação da cidade em 1944 estava localizada no Centro da cidade e seu entorno, com os bairros de Tambiá, Jaguaribe, Torre, Cruz das Armas, já os bairros de Tambaú e Oitizeiro estavam com algumas ocupações iniciais. Além de conseguirmos visualizar o processo de urbanização na década de 1940, esse mapa é pertinente pois foi elaborado no mesmo ano em que o campo da Graça foi oficializado, em 1944. Por mais que a análise do processo de iluminação do estádio seja entre os anos de 1961 e 1962, época em que Cruz das Armas se torna o bairro mais populoso da cidade, é pertinente olhar para o início da formação do bairro e a ocupação deste pela classe trabalhadora.

Além disso, o nome dado popularmente ao estádio se liga a esse processo de formação do bairro. O Estádio da Graça carrega esse nome devido à ligação com a fazenda de engenho Graça e à capela Nossa Senhora das Graças (Figura 2), construída no século XVIII pelos franciscanos, sendo a única estrutura do engenho d'água que permanece até hoje; a casa grande e a senzala viraram ruínas²⁷. No ano de 1933, a fazenda se torna propriedade privada da Fábrica de Cimentos - Portland, em 1938 é tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²⁸, e em uma parte do terreno dessa fazenda que será construído o Estádio do time Dolaport, fazendo uma homenagem para a capela, por conta disso se torna Estádio da Graça.

²⁷ Para mais informações sobre o Engenho da Graça, consultar a matéria realizada “Histórias da Cidade - Conheça a Capela da Graça em João Pessoa” pelo canal TV Cidade João Pessoa, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oL5fNn80RYI>. Acesso em: 27 ago. 2025.

²⁸ O processo de tombamento está disponível no site de acervo digital do IPHAN. Disponíveis em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?filtertype_0=titleAlternative&filtertype_1=subject&filtertype_2=spatial&filter_relational_operator_1>equals&filter_relational_operator_0>equals&filter_2=Jo%C3%A3o+Pessoa%2C+Para%C3%ADba+%28PB%29&filter_1=Tombamento&filter_relational_operator_2>equals&filter_0=Capela+de+Nossa+Senhora+das+Gra%C3%A7as&filtertype=title&filter_relational_operator=equals&filter=Capela+do+Engenho+da+Gra%C3%A7a. Acesso em: 27 ago. 2025.

Figura 2: Capela Nossa Senhora das Graças (1940).



(Figura 2) **Fonte:** Autor desconhecido, Acervo Digital IPHAN. Disponível em: <https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/>. Acesso em: 28 set. 2025.

É importante debater sobre a relação do Estádio com o time fabril Dolaport, e o momento de sua construção durante a ditadura varguista do Estado Novo. O historiador Diogo Leite (2017, p. 113) analisa em sua dissertação como se deu o processo da construção do Estádio, iniciada no ano de 1942, inserida no momento das disputas em torno do decreto-lei n. 3.199/41. O autor aponta que o clube da fábrica de cimento representa o processo de industrialização que a cidade estava passando, tendo em vista o avanço do capitalismo na área rural e o processo de êxodo rural para a capital do Estado, dialogando com Cittadino (1998).

Nesse momento, a fábrica passou a ter jogadores inseridos numa relação de “tutela do profissionalismo velado” e de “paternalismo e assistencialismo” praticado pelas instituições do Estado Novo, pois ter um emprego formal em uma Fábrica e ser jogador de futebol era uma “promessa de felicidade”. Além disso, a localização do Estádio foi em um bairro da classe trabalhadora, remetendo ao processo de urbanização durante as três primeiras décadas do século XX (Chagas, 2015), na década de 1940 podemos supor que os muitos moradores do Bairro de Cruz das Armas trabalhavam na fábrica de Cimento Dolaport. Ademais, a localização da construção do Estádio também foi uma forma de atrair uma parcela da população pessoense que não tinha condições de se deslocar para o mais elitizado Estádio do Esporte Clube Cabo Branco, localizado no Bairro de Jaguaribe (Leite, 2017, p. 115).

Essa relação entre essas duas praças esportivas se estende para o recorte temporal do presente trabalho, pois no ano de 1957 ocorreu a demolição do Estádio do Cabo Branco, até então o único estádio da capital que possuía iluminação de refletores²⁹, o antigo *Hypódromo de Jaguaribe*, principal palco do futebol paraibano. A última partida ocorreu em 10 de fevereiro de 1957, entre os times do Auto Esporte e Santos, que estarão, posteriormente, presentes na Divisão de Profissionais de 1961. No dia 12 de fevereiro de 1957 começa o processo de demolição, o terreno seria entregue para a Caixa Econômica Federal, que auxiliaria na construção da nova sede do clube, localizada no bairro de Miramar e que permanece até os dias atuais.

Em seu livro, Walfredo Marques (1975, p. 275) relata que o “povo chora a derrubada do Estádio”, cada “tijolo derrubado representava uma pagina que se despregava do livro da nossa volumosa e tão importante historia que se teve no Cabo Branco, o palco das maiores espetáculos”. Nesse momento, surgirá um “vácuo” de qual será o principal estádio da cidade, momento em que se insere o Estádio Leonardo Vinagre da Silveira e o Estádio Olímpico Governador José Américo, construído um mês após a derrubada do estádio do Clube Cabo Branco.

Tendo em vista essa transformação da relação dos pessoenses com o estádio da Graça, teremos um aumento no “fanatismo do futebol”, posto que as disputas em torno dele e em nome dele irão aumentar. Um exemplo importantíssimo para vermos estas “tensões” explodindo é a publicação da seguinte nota da presidência da Federação Paraibana de Futebol:

Federação Paraibana de Futebol

²⁹ Instalados no ano de 1950 pelo presidente da Federação Paraibana de futebol, na época, Cap. Clodoaldo Filho, momento relatado no livro “História do Futebol na Paraíba” (Marques, 1970, p. 200).

(Nota da Presidencia)

A propósito dos comentários que estão sendo feitos contra o Vice-presidente Robson Duarte Espinola, esta Presidência, também com direito ao assunto, sente-se na obrigação de dar um esclarecimento a respeito. [...] Como maior benefício, lançou a ideia de iluminar logo de início um dos estádios, nunca demonstrando preferência por êste ou aquêle. Pediu à palavra oficial da FPF, e para tal, reuniu os clubes e diretores, resultando daí, a aprovação unânime, de que seria o estádio da Graça, com alguns melhoramentos, o campo ideal devido a abundância de transporte e melhor localização.

A restauração da tradicional praça de esportes, em nada compromete o majestoso Estádio Olímpico, que possivelmente terá sua oportunidade, no próximo ano de 1962. Vamos reconhecer que a derrubada do Cabo Branco, feriu de morte o nosso futebol; daí por diante nada mais deu certo em nenhum campeonato despertou o interesse daquela época,

A desgraça foi ampliada, quando ficamos privados de jogos noturno, índice de progresso de uma cidade,

O estádio “Leonardo da Silveira”, pode ocupar o lugar do saudoso Cabo Branco e criar no seio da mocidade esportiva um novo entusiasmo, capaz de refletir no Olímpico, local apenas para os grandes jogos. [...]

João Pessoa é uma cidade que cresce, necessita de vários campos; a exemplo dos grandes centros. O Rio tem 10 estádios iluminados; não foi bastante só o Maracanã – São Paulo outro tanto, Recife tem 4, Campina Grande 2, com possibilidades de um 3º, o do Paulistano. [...]

Fica portanto esclarecido, o pensamento desta Federação o porque o Vice-Presidente Secretário da Viação, atendeu o nosso apêlo, que visa acima de tudo, salvar a situação crítica e calamitosa do nosso futebol.

João Pessoa, 11 de outubro de 1961

WALFREDO MARQUES – Presidente (*A União*, 12 de outubro de 1961, p. 5)

Nessa nota, vemos que Walfredo Marques adota um discurso de defesa e justificativa da iluminação do Estádio da Graça como um elemento fundamental da modernização. Além de apontar a falta que o estádio do Clube Branco fazia para o futebol paraibano, reforça a importância dos jogos noturnos como parte de um “progresso” da cidade, como também seria possível ao estádio Leonardo da Silveira ocupar o “lugar” deixado pelo Estádio do Clube Cabo Branco. Essa visão irá permanecer no ideal de Walfredo Marques, em sua obra “História do Futebol Paraibano” (1975, p. 316), como já citado anteriormente, este foi um momento que a chapa de presidência da FPF recebia “críticas” em vez de estímulos, sendo apoiadas por uma emissora que “combatia sistematicamente a administração”, ou seja, as “tensões” explodiram durante o processo de reforma do Estádio Leonardo da Silveira.

Na análise do jornal *A União*, foi possível ver, em meados no mês de outubro de 1961, o surgimento da coluna “GRANDES Coisas de um PEQUENO Futebol”³⁰, posteriormente terá até sua própria logo (Figura 3), assinada por Espedito Gomes, espaço em que eram veiculadas críticas aos feitos da FPF, principalmente sobre o quesito da reforma. Importante pontuar que

³⁰ O surgimento de colunas de opinião também acontece no jornal *O Norte*, com título de “Anotando por Robson”, entretanto, é na *A União* que terão mais destaque, inclusive maior papel no embate entre a Imprensa e a Federação Paraibana de Futebol. A primeira vez que a coluna “Grandes coisas de um pequeno futebol” aparece é no dia 15 de outubro de 1961.

por mais que o jornal *A União* fosse um órgão oficial do Estado da Paraíba, o qual estava apoiando a reforma, tendo em vista a figura do Secretário de Viação e Obras Públicas e vice-presidente da FPF, Robson Espínola, o jornalista Espedito Gomes, autor da coluna, possuía “liberdade de opinião”, sendo contrário à obra realizada no estádio, como também criticava os feitos do Robson Espínola e de Walfredo Marques em diversos momentos, feitos que transformaram o futebol pessoense em “pequeno”, para o jornalista, comparado ao futebol do Rio de Janeiro, São Paulo e de Campina Grande.

Peço desculpas ao leitor e à leitora, pois já havia citado a coluna, entretanto, não expliquei essa origem conflituosa presente na escrita de Espedito Gomes. Prefiro realizar agora devido ao maior embate dessa época ser sobre a reforma do estádio Leonardo da Silveira. As críticas começaram em outubro de 1961 e só terminaram em maio de 1962, quando o estádio foi reaberto. Porém, o Espedito Gomes não se limitava apenas à questão do estádio. Por exemplo, na coluna publicada no dia 19 de outubro de 1961³¹, o jornalista irá atacar os processos de transformação do futebol paraibano, o qual só pensava em dinheiro e estava passando por um “Complexo de Cr\$”. O autor da coluna aponta que o futebol paraibano deixou de ser um “grande futebol”, como no campeonato de 1958, onde os times eram melhores, os jogadores eram dedicados, inclusive o Botafogo tinha jogadores que recebiam 15.000 Cr\$ mensais.

Figura 3: Logo da coluna Grandes Coisas de um Pequeno Futebol.



(Figura 3) Fonte: *A União*, 10 de fevereiro de 1962, p. 5

Já o campeonato de 1961 era uma “imitação barata e vazia”, apresentando um pequeno futebol. Espedito gomes faz uma crítica aos valores dos ingressos, 120 Cr\$, sendo um aumento exorbitante que o futebol paraibano não refletia no campo, tendo em vista que a diferença entre os times, principalmente entre os da capital e de Campina Grande eram gritantes, pois os times

³¹ *A União*, 19 de outubro de 1961.

de Campina Grande estavam em melhor desenvolvimento “financeiro e técnico”, segundo Marco Batista Neto (2018), sendo esse momento criticado por Espedito Gomes o período que Campina Grande se torna “Capital do Futebol”. Enquanto isso, os times pessoenses estavam “inferiorizados” perante ao Campinense e Treze, sendo um “pequeno futebol”, momento em que as tensões entre os times intermunicipais aumentam, tendo em vista a rivalidade futebolística.

Esse debate sobre os valores dos ingressos ainda continua sendo alvo de críticas na coluna “Grandes coisas de um pequeno futebol”. Simulando uma conversa entre um desportista e um jornalista³², Espedito Gomes ironiza os preços dos ingressos a partir dos personagens, onde desportista rebate o jornalista dizendo que não vai mais ao estádio pois se recusa pagar “um quilo de carne verde para vêr um punhado de perna-de-pau dando cotoveladas”. No decorrer da conversa, o jornalista retruca reforçando que tem se contentar com o futebol que eles têm, e logo o desportista fala que eles não têm nada, nem juiz, nem jogadores, nem campo, nem time.

Outrossim, é importante ir além do “desabafo” dos personagens relatado por Espedito. É necessário pensar que esse encarecimento dos ingressos, o qual girava em torno de 120 Cr\$, também afastava a população mais pobre, tendo em vista que teria que escolher entre um “kilo de carne verde” ou ir para arquibancada prestigiar o futebol local. Nesse tocante os historiadores João Malaia Santos e Rafael Forte (2021, p. 169) analisam o processo da construção dos estádios durante a ditadura civil-militar brasileira a partir da teoria de espaço e reprodução social de Lefebvre (2008). Por mais que o recorte temporal se distancie, é pertinente olhar para as discussões realizadas pelos autores entre espaço e estádio, em diálogo com a presente pesquisa.

No debate em torno do conceito de *direito à cidade*, o filósofo Henri Lefebvre (2016) aponta que o capitalismo, ao se apropriar dos espaços, irá sempre excluir determinadas classes dos espaços centrais, tirá-los da “civilização”, a partir de uma organização segregadora. Com isso, o *direito à cidade* seria uma forma dessas classes terem acesso privilegiado a certos espaços, inclusive onde ocorre a vida social. Podemos compreender o estádio enquanto esse espaço de vida social, lazer e ludicidade, que com o encarecimento dos ingressos afastava, e afasta até hoje, a grande massa de trabalhadores dos estádios.

Além da crítica aos jogadores “pernas-de-pau”, o desportista reclama que não tem campo pois o Olímpico não tem luz e transporte até o estádio. Críticas que vão ser fundamentais

³² A União, 25 de novembro de 1961.

para Espedito Gomes, pois irá reiteradamente solicitar também a iluminação do Olímpico, atualmente localizado na Vila Olímpica Parahyba, mas também o melhoramento das vias para se chegar ao estádio, tendo em vista que a região da antiga Fazenda “Boi Só” ainda estava em processo de construção de moradias, na época localizado nas proximidades do Bairro do Estados, atualmente bairro “Pedro Gondim”.

Retomando para a Nota da Presidência, Walfredo Marques aponta outras cidades que passaram pelo processo de iluminação, citando Campina Grande. Esse processo é discutido por Batista Neto (2018, p. 78) aponta que o Estádio Presidente Vargas, local privado e pertencente à equipe do Treze, já realizava jogos noturnos desde 1958. Com isso, o estádio Plínio Lemos, que pertencia ao Município de Campina Grande, passou também por um processo de instalação de refletores em 1961, projeto apoiado pela equipe do Campinense, que possuía interesse financeiros.

No dia 28 de julho de 1961 ocorreu a estreia dos refletores no estádio Plínio Lemos, o Batista Neto aponta que o Campinense arrecadou uma renda de 174 mil e 350 cruzeiros. Sem dúvida, esse investimento no espaço físico e no clube fez com que Campina Grande ameaçasse a hegemonia política e futebolística de João Pessoa, questão que deixa Espedito Gomes preocupado, como visto na coluna “Grandes coisas de um Pequeno futebol”. E é nesses momentos de tensões que veremos como ocorreu o processo de reforma e iluminação do Estádio Leonardo da Silveira.

2.2: A reforma do Estádio Leonardo da Silveira.

Adentrando no debate em torno da reforma do Estádio da Graça, conforme Gomes este é um exemplo de “fanatismo” que cometem em “nome do futebol”. Como pontuado anteriormente, a coluna “Grandes coisas para um Pequeno futebol” vai ser a principal antagonista das decisões da FPF. Espedito Gomes não critica a iluminação em si, mas para o jornalista se deveria priorizar o Estádio Olímpico, como visto na seguinte matéria:

Grandes coisas de um pequeno futebol³³
LUZES PARA O GIGANTE (I)
 Espedito Gomes

Perdido, esquecido, sem alguém que estire as mãos, que o veja em toda sua plenitude e elegância, clamando a todo instante pela sua conclusão, implorando estilo arquitetônico mais aprimorado e mais **moderno**, invocando **urbanização** e

³³ Em certos trechos da coluna não foi possível realizar a leitura devido a folha do jornal estar deteriorada, mas foi possível transcrever os principais pontos.

pavimentação nos caminhos que lhe dão acesso [...] lhe dêem luzes para sua vida noturna [...] está o colosso gigante do Estádio Olímpico José Américo de Almeida, situado nas plagas verdes da região de Boi-Só, apto a receber importantes missões desportivas que o Estado ou a nação queria lhe outorgar em qualquer época ou estação do ano. Porém O Gigante de Boi-só, tanto tem de grande, como de inacabado. Podia e pode ser o maior do nordeste, infelizmente, é o mais injustiçado. Tem proporções para acomodar cem mil pessoas. Desgraçadamente só comporta cinquenta mil. Merecia possuir arquibancadas gerais em torno e aperfeiçoada. [...] Deixem as controvérsias para depois. Se o Gigante quer luzes, dêem luzes ao gigante. Deixem quem quiser falar. Se irá realmente assistir futebol noturno quem gosta de futebol. Quem aprecia o esporte-rei não se preocupa com o frio, com o transporte, com a ventania, com a distância e a localização do Estádio. [...] Com luzes no Leonardo da Silveira e escuridão no Olímpico, mostramos a nossa decadência mental. Crie-se uma diretriz permanente para a manutenção do Olímpico. Nos dias de jogos faça-se uma linha de transportes oficial para conduzir o povo. Teceremos melhores considerações a este respeito em outra crônica futura. Onde existe organização existe o **progresso**. (*A União*, 04 de novembro de 1961, p. 5, grifo nosso)

Para Espedito Gomes, o “Gigante quer luzes”, e esse pedido era justificado como algo que iria trazer o “progresso” para a cidade. É interessante ver que para o jornalista, uma das principais justificativas da federação para não iluminar o Estádio Olímpico, incluindo Walfredo Marques (1975), era a distância para se chegar ao local, entretanto, para Espedito Gomes “modernizar” o estádio Olímpico traria “urbanização” e “pavimentação” para a região do Boi-Só, e enquanto isso não ocorresse, nos dias de jogo era para realizar “uma linha de transporte oficial para conduzir o povo”. Para Espedito, tudo tinha solução.

Na década de 1960 a fazenda do Boi-Só estava passando por um processo de urbanização. Sendo influenciada pelo processo de pavimentação de paralelepípedos da avenida Epitácio Pessoa, uma das principais avenidas da cidade até hoje, durante o governo José Américo de Almeida (1951-1956), fazendo com que crescesse o número de imóveis em seu entorno, incluindo essas primeiras ocupações no atual bairro Pedro Gondim. Como também o processo de ocupação pelas elites política e econômicas da região do litoral da capital, um exemplo é a construção da nova sede do Clube Cabo Branco ser localizada mais próxima à praia. Além disso, por mais que Chagas (2015) analise a urbanização no início do século XX, o debate em torno do “progresso” e “moderno” continuam na metade do século, sendo uma das “tensões” que envolvem os estádios de futebol.

Há um trecho pertinente para a análise, o possível número de torcedores que caberiam no estádio, para Espedito. O jornalista relata que no Estádio Olímpico há capacidade para receber até 100 mil torcedores, mas “desgraçadamente” só comporta 50 mil. Por mais que fosse um grande espaço, o jornalista pode ter se confundido com a capacidade do estádio ou estava mais preocupado com a retórica do que com a precisão dos números. Isso fica exemplificado

no jogo interestadual entre Santa Cruz X Botafogo, realizado no estádio Olímpico, com título no noticiário “Botafogo parou para ver o Santa jogar: Sete a zero”³⁴. Apesar da goleada sofrida pelo Botafogo, a renda foi de 140 mil Cr\$, tendo em vista o grande interesse da população de um confronto interestadual entre times da Paraíba e Pernambuco.

Ademais, fazendo uma divisão entre o número de renda e o valor dos ingressos, que custava 120 Cr\$, o resultado da divisão seria em torno de 1.166 pessoas pagantes, ou seja, bem longe dos 50 mil torcedores comportados no Gigante do Boi-Só para Espedito, e ainda mais distante dos propalados 100 mil. Claro, essa conta não é exata pois os preços variam dependendo do local do estádio, arquibancada ou geral, como também a atração do jogo, mas podemos perceber que Espedito deu uma “exagerada”. Na fotografia do jogador Zé do Figo (Figura 4), podemos notar a presença do público nos arredores do campo, pertinente compreender o local ocupado pelos torcedores, tendo em vista a relação com o futebol local.

Figura 4: Fotografia do Jogador Zé do Figo no Estádio Olímpico, em 1960.



(Figura 4) **Fonte:** Autor desconhecido, fotografia de 1960. Disponível em: <https://www.portaljornaldosestados.com.br/noticias/68-anos-estadio-olimpico-jose-americo-de-almeida.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Retomando os conceitos de *espaço* e *direito à cidade* de Lefebvre (2016), podemos compreender a atuação do capitalismo nos estádios. Além da questão dos “torcedores” que

³⁴ **A União**, 28 de novembro de 1961.

possuíam ou não condições de pagar pelo ingresso, também é necessário apontar como a questão da renda dos jogos como algo que evoca as tensões em nome do futebol. Isso ocorre tanto como justificativa para a iluminação, pois se passaria a ter jogos noturnos e geraria mais renda, quanto nas partidas “importantes” que geram bastante renda, que em sua maioria ficava para os dirigentes dos clubes e da FPF. Nos jornais é comemorada a alta renda, a ideia de “lucrar” com o *espaço* lúdico, nesse caso, o estádio de futebol.

Na segunda parte do artigo “Luzes para o Gigante (II)”³⁵, Espedito Gomes continuará sua defesa em torno do Gigante do Boi-só, criticando a decisão de Walfredo Marques e Robson Espínola. Com a iluminação do Estádio Olímpico, para o jornalista, chegaria um dia que as “plagas do Boi-Só” estariam “apinhadas de lares”, ou seja, reforçando a ideia do processo de urbanização a partir do estádio. Já quando vai tratar do Leonardo da Silveira, intitula-o de “Estadinho”, que estaria “vivendo atrofiado naquele ambiente, sem mais chance de expansão”, devido à sua localização no bairro de Cruz das Armas, o mais populoso da Capital, elementos apontados por Walfredo Marques em sua nota, mas que para Gomes não justificariam a escolha do estádio para receber a iluminação e modernização.

No fim da coluna, Espedito ainda compara o campo da Graça com os estádios de Campina Grande, o Presidente Vargas e o municipal Plínio Lemos, que já haviam passado pelo processo de iluminação (Batista Neto, 2018), mas apenas um dos estádios estava localizado em um bairro próximo do centro da cidade. Pertinente apontar como o jornalista compara os estádios de João Pessoa e Campina Grande, e a ideia da rivalidade entre as duas cidades não só futebolísticas, mas também política. Além do ato de intitular os estádios, sendo uma disputa entre um “Gigante” (Olímpico) Xum “Estadinho” (Graça), buscava reafirmar suas posições de como deveria ser o desenvolvimento urbano da cidade em meio a tensões e disputas em torno do futebol.

Essa visão de Espedito não é a visão hegemônica do jornal *A União*, que além de publicar a “Nota da Presidência” da FPF, também veicula outras opiniões de jornalistas sobre a iluminação. Na coluna “A iluminação do Campo da Graça”³⁶, o jornalista Aauto Bezerra Cavalcanti³⁷ irá sair em defesa da “louvável iniciativa da iluminação do Estádio da Graça”, tendo em vista que foi um feito do “amigo n. 1 da capital, o secretário Robson Duarte Espínola”. Essa defesa ocorre “sem paixão”, segundo Aauto, apontando que a iluminação do Olímpico

³⁵ *A União*, 29 de novembro de 1961.

³⁶ *A União*, 01 de novembro de 1961.

³⁷ No jornal estava escrito “Calvacati” parecia ser erro de digitação do sobrenome, sendo alterado para “Calvacanti” no presente trabalho.

seria “dispendiosa”, as rendas do campeonato paraibano no estádio Olímpico eram irrisórias nos jogos diurnos, e em partidas noturnas seriam piores, devido à distância e a dificuldade de transporte. Percebe-se como a questão da renda é fundamental e continua no cerne do debate, como também as problemáticas da distância, que Espedito resolveria com a urbanização e pavimentação.

Em continuação, Adata Bezerra irá ressaltar a facilidade do acesso ao Estádio da Graça, justificando sua iluminação. Empreendimento realizado pelo secretário Robson Espínola, que enfrentou o combate da “imprensa local” contra a iluminação, crítica que inclusive se estendia até para a própria Capital, que era considerada a “mais escura do Brasil”, o jornalista saiu em defesa do projeto de iluminação, criticando até os embates realizados pela imprensa. Por mais que essa coluna do Bezerra seja publicada antes da série “Luzes para o Gigante” de Espedito, o qual já havia realizado críticas sobre a FPF e as campanhas de reforma do Estádio na coluna “Grandes coisas de um Pequeno futebol”, podemos pensar que essa “imprensa” citada acaba atingindo Espedito, que dias após publicaria críticas diretas para o projeto de iluminação do “Estadinho”.

Por mais que tivesse tentado, o desejo de Espedito não é concretizado, e o Estádio que recebe os postes de iluminação é o Leonardo da Silveira. O projeto de iluminação do estádio Olímpico só irá ocorrer anos depois, em 1969, inclusive a partida de abertura dos refletores é realizada entre Botafogo, time da capital paraibana, e Santos Futebol Clube, de São Paulo, na época quem atuava pelo time era Pelé, realizando seu polêmico gol de número 999³⁸, o técnico improvisa Pelé como goleiro para não realizar o milésimo gol, o qual estaria sendo arquitetado para ocorrer no Maracanã, no Rio de Janeiro.

Com isso, veremos como ocorreu a reabertura do Estádio Leonardo da Silveira e a participação do Governo da Paraíba. Após os debates calorosos sobre a iluminação, o foco das tensões em torno do futebol paraibano será sobre a reabertura do Estádio Leonardo da Silveira. Na matéria “Impressão De Uma Visita”³⁹, o jornalista Elias Bernardes irá relatar como foi sua visita às obras do Estádio da Graça, apontando que anteriormente o estádio estava “intolerável” e “sem quase grama nos campos dos jogos, as barracas ameaçando cair, os muros apresentando um aspecto de inteiro abandono”, tarefa resolvida pelo “ativo e honesto” presidente Walfredo Marques, e ainda elogia a iluminação realizada pelo presidente da FPF e seu vice, o “dinâmico

³⁸ Na matéria “O milésimo gol de Pelé foi mesmo no Maracanã? Ou na Paraíba? Entenda” apresenta uma recontagem dos gols de Pelé, e que na verdade aqui na Paraíba não teria ocorrido o 999 gol, mas na verdade o milésimo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8096733/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

³⁹ **A União**, 29 de novembro de 1961.

Secretário de Viação e Obras Públicas”, Robson Duarte Espínola. Nesse momento inicial, vemos elogios feitos em torno dos desportistas para a FPF, que busca legitimar o relato que o próprio Walfredo fez sobre sua chapa, quando a “política esportiva teve maior progresso” (Marques, 1975, p. 312).

Por mais que fizesse uma grande reforma e mudança estrutural do espaço da prática esportiva, houve atraso na entrega da reforma, o que gerou críticas. A primeira promessa de entrega foi para o dia 31 de janeiro, pois seria a data em que o governador Pedro Gondim completaria um ano de mandato, entretanto, o Estádio não foi reaberto. Na edição especial⁴⁰ do jornal *A União* sobre os feitos de Gondim nesse primeiro ano de governo há comentários sobre a instalação de iluminação fluorescente por toda capital, inclusive o Campo da Graça. O governo fez a instalação de quatro postes Cavan, sua construção foi feita pela usina Cruz do Peixe, como também foram adquiridos 72 refletores e demais materiais necessários para a concluir as reformas. A alimentação elétrica foi feita a partir de um transformador de 112,5 KVA, com previsão de entrega do Estádio para fevereiro.

Em fevereiro ocorre atraso na reabertura novamente, sendo publicada no jornal *A União* a coluna “O futebol em último lugar”⁴¹, de autoria de Manoel de Almeida. O jornalista relata que houve uma ida de desportistas ao Palácio do Governo para cobrar os atrasos do dia 31 de janeiro, posteriormente, 8 e 20 de fevereiro, mas sem sucesso, pois não ocorreu a reabertura do estádio. Reforça as reclamações sobre o atraso na reabertura, apontando que o Estádio estava fechado desde junho de 1961, gerando “prejuízo incalculável” para os clubes, a questão do espaço e capitalismo novamente reaparece (Lefebvre, 2016). Porém, Manoel aponta que os desportistas não podem reclamar do atraso, pois a gestão Walfredo-Robson em diálogo com o Governo do Estado transformou uma “praça abandonada, num moderno Estádio”, concluindo que foi a maior realização do Governador Pedro Gondim, mesmo que ele tenha deixado para entregar “por último”. O jornalista adota uma posição ambígua, pois ao mesmo tempo que faz críticas ao atraso, não deixa de reconhecer os feitos do governo para o futebol local.

Após diversos atrasos e tensões, no dia 25 de abril de 1962 é publicado no jornal *A União* a notícia “Trabalhos na Graça acelerados para sua reabertura na terça”. A reabertura do estádio ocorreu no primeiro de maio, em “uma grande festa”. Fazendo um paralelo com o ano anterior, em 1961 quando o futebol também estava presente nas comemorações do Dia do

⁴⁰ No dia 31 de janeiro de 1962 é publicado uma edição especial do Jornal *A União*, o 2º caderno foi elaborado para mostrar todos os feitos do governador, havia uma página inteira destinada a Viação e Obras Públicas com um tópico sobre a reforma do Campo da Graça.

⁴¹ *A União*, 23 de fevereiro de 1962.

Trabalhador, conforme visto anteriormente. A cobertura da reforma estendeu-se em outros periódicos, a exemplo do *Correio da Paraíba*, que em 3 de maio de 1962 chegou a publicar uma fotografia da visita feita pelo governador ao estádio (Figura 5). A imagem evidencia a relação entre política e futebol, retratando, além do Governador Pedro Gondim Pedro Gondim, o vice-presidente da FPF e secretário, Robson Espínola e o engenheiro-chefe da obra, Mário Toscano.

Figura 5: Fotografia da visita feita pelo Governador Pedro Moreno Gondim às obras realizadas no Estádio Leonardo da Silveira, em 1962.



(Figura 5) **Fonte:** Correio da Paraíba, 3 de maio de 1962.

Além disso, o primeiro de maio também era aniversário do Governador Pedro Gondim, e a matéria sobre a festividade, “A Paraíba festeja hoje o aniversário do Governador”⁴²,

⁴² **A União**, 1 de maio de 1962.

apresenta a programação completa, contendo missa solene às 8 horas na Catedral Nossa Senhora das Neves e leitura de “mensagem aos trabalhadores” às 16 horas no Parque Solon de Lucena. Este era um dia de “maior representatividade, com a presença, nas ruas da capital, de milhares de camponeses” e o motivo, segundo o jornal, era “uma homenagem especial ao aniversariante”, mais um exemplo do “Populismo Gondinista” (Cittadino, 1998). Devido à data comemorativa, o governador não conseguiria estar presente na reabertura do estádio, sendo adiada oficialmente para o dia 2 de maio.

Evidentemente, a presença dos camponeses tinha outro objetivo para além de “comemorar” o aniversário do governador. Na obra “Camponeses em Marcha” (1985), de Cezar Benevides, o historiador debate a formação das Ligas Camponesas na Paraíba. Ao tratar especificamente sobre o primeiro de maio de 1962, Benevides aponta que a cidade recebeu 4 mil camponeses em passeata, com “cartazes de apoio à reforma agrária, à sindicalização rural, à luta contra o latifúndio e, sobretudo, pela punição dos assassinos dos líderes sacrificados em março e abril daquele ano” (Benevides, 1985, p. 103), a exemplo da morte de João Pedro Teixeira, líder das Ligas de Sapé, objetivo bastante diverso do relatado pelo jornal *A União*.

Benevides também aponta como se deu o embate jurídico entre as Ligas Camponesas e a repressão sofrida do IV Exército, chefiado por Artur da Costa e Silva, contra as manifestações sobre o falecimento de João Pedro Teixeira. Outra questão comentada por Benevides (1985, p. 106) é sobre o pronunciamento feito pelo governador Pedro Gondim no primeiro de maio, o qual tentava conciliar as classes camponesas com o latifúndio, como visto na dissertação da historiadora Monique Cittadino (1998). Entretanto, o discurso do governador é dirigido para os operários urbanos e ignora o assassinato dos líderes camponeses. No primeiro de maio de 1961 a relação com os camponeses era outra, pois estavam organizando um torneio de futebol juntamente com o governador e FPF, e em 1962, já se inicia uma repressão aberta contra as Ligas Camponesas.

Então é chegado o dia da reabertura, o tradicional “campinho da Graça” reabre após quase um ano de reforma. Na noite do dia 2 de maio de 1962, Walfredo Marques (1975, p. 320) relata como ocorreu o evento, sendo às 20 horas o momento em que o governador Pedro Gondim aciona a chave geral para que “os 64 refletores iluminassem a querida praça de esporte da zona Sul”. Além disso, a abertura contou com a presença da Banda de Música, como também os “finalistas”, os times do Auto Esporte, Botafogo, Campinense e Santos. Além das figuras já conhecidas como Pedro Gondim, Walfredo Marques e Robson Espínola, estavam presentes o engenheiro Mário Toscano, o Dr. Waldir Santos Lima, que era chefe da Casa Civil, e o deputado Aluisio Afonso Campos. Havia membros da ACEP, vinculados à rádio Tabajara, Arapuan,

Borborema, além da presença dos jornais, *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *A União* e *Diário de Borborema*, todo o corpo político e social estava voltado para o Estádio da Graça.

A reabertura é tratada no jornal *A União* na matéria “Festa começou bem, mas terminou em dismantelo”, no dia 3 de maio de 1962. Esse “dismantelo” é relatado por Walfredo Marques (1975) como uma “nota dissonante” e “feias ocorrências”. Na matéria jornalística é relatada a briga entre o jogador Joca do Botafogo e Ibiapino do Campinense, “gerando uma confusão e desordem, com o campo cheio de policiais, dirigentes, cronistas e jogadores”. A situação foi acalmada, mas novamente os jogadores brigam e o zagueiro Joca é expulso, do lado do Campinense, em seguida mais cinco jogadores foram expulsos, impossibilitando de continuar a peleja. Como forma de solucionar o caso, a decisão do juiz foi retomar o jogo, cada time com 11 jogadores, mas precisando substituir os que foram expulsos. No final a partida terminou em empate, mas o Campinense venceu nos pênaltis, levando a taça “Pedro Gondim”.

Podemos ver na montagem fotográfica (Figura 6) o registro de alguns momentos dessa confusão: os jogadores brigando entre si, depois a intervenção de outras figuras, podendo ser os dirigentes de cada clube conversando com árbitro e a atmosfera tensa que predominou na cerimônia de inauguração.

Figura 6: Montagem de fotografias sobre a confusão no dia de reabertura do Estádio Leonardo da Silveira.



(Figura 6) **Fonte:** Foto de Aguinaldo. O Norte, 04 de maio de 1962.

Além do relato de Walfredo Marques e da matéria de jornal, Espedito Gomes não fica quieto e também publica na coluna “Grandes coisas de um Pequeno futebol”. Com o título “Sob A Luz Refletores”⁴³ o jornalista narra a confusão, tratando como um “germe” para o futebol paraibano, tendo em vista que os “ricos, políticos, padres, pobres, mendigos, ateus, comunistas, capitalistas, racistas” ignoram as leis humanas do pudor e as regras futebolísticas, pois todos estavam desejando “confusão” no estádio. No momento em que o “estadinho” se tornou “gigante” para Espedito, ocorreu um drama psicológico, da torcida sobre o juiz, o juiz que agia sobre os jogadores, que por sua vez influenciavam a torcida, “uma só pilha de nervos”. Para além do juízo de valor feito por Espedito, é necessário discutir a citação feita de Eduardo Galeano (2024) no começo do tópico e completá-la:

⁴³ A União, 05 de maio de 1962.

Em nosso tempo, o fanatismo do futebol invadiu o lugar que antes estava reservado somente ao fervor religioso, ao ardor patriótico e à paixão política. Como acontece com a religião, com a pátria e com a política, muitos horrores são cometidos em nome do futebol, e muitas tensões explodem por seu intermédio.

Há quem creia que os homens possuídos pelo demônio da bola soltam espuma entre os dentes, e deve-se reconhecer que desta forma retratam bastante bem vários torcedores enlouquecidos; mas até os críticos mais indignados teriam que admitir que, na maioria dos casos, a violência que desemboca no futebol não vem do futebol, assim como as lágrimas não vem do lenço.

(Galeano, 2024, p. 129-130)

A confusão que ocorreu “sob a luz dos refletores” não tem origem no futebol, como também as “tensões” sobre a iluminação e a reforma do estádio Leonardo da Silveira. Essa “pilha de nervos” são as “lágrimas” para Galeano (2024), e o “lenço”, podemos pensar enquanto as disputas políticas e econômicas em torno do “espaço”, em torno do *direito à cidade* (Lefebvre, 2016). Também é necessário relembrar o contexto que se passava durante o “Populismo Gondinista” e as relações com a classe trabalhadora, que ganha mais participação política e reivindica seus direitos, até o golpe de 1º de abril de 1964, que buscará desmembrar essa articulação a classe trabalhadora e as Ligas Camponesas (Cittadino, 1998).

Além disso, se torna importante citar uma última vez a coluna “Grandes coisas de um pequeno futebol”, respondendo um recado que Espedito deixou na coluna “Ao Cronista do Futuro”⁴⁴, na qual o jornalista tentou adivinhar o que o “cronista historiador” pensaria sobre o esporte da época em que Espedito presenciou:

O atual conceito do esporte bretão pessoense é quase indigno de uma visão concisa e lógica [...] E isto nos deixa um dissabor para os dias que nos vão suceder, o que será totalmente o contrário do que vimos no nosso passado. Isto acarretará para o nosso cronista historiador e cheio de ideologias esportivas do futuro um grave dilema. Como fará ele suas concepções à filosofia deste pequeno futebol da época situada entre os anos de 55 e 62? [...]

Merecíamos atualmente um lugar ao sol nas páginas da história futebolística da Paraíba? Seríamos dignos, todo nós, imprensa esportiva, federações, quadro de árbitros, atletas, dirigentes, torcedores, políticos do esporte e finalmente toda província pessoense, no que concerne o preceito esportivo, de penetrarmos na alma daquele que compreende o verdadeiro sentido de história da vida de ser ao ar livre, na prática do esporte? Não amigos [...] (*A União*, 14 de março de 1962).

Em contraponto ao Espedito, é importante o olhar sobre as “grandes coisas” de seu futebol contemporâneo. Os debates que ele via como os motivos para um “pequeno futebol”, como a relação entre o “estadinho” da Graça e o bairro de Cruz das Armas, as tensões sobre

⁴⁴ *A União*, 14 de março de 1962.

qual estádio receberia a iluminação e o “desmantelo” no dia de reabertura do Estádio Leonardo da Silveira, evidencia tensões e disputas, com permanências e distanciamentos, sobre o futebol paraibano até os dias atuais. Por fim, a própria noção de “modernizar” o futebol permanece, entretanto, sempre é necessário salientar que esse processo é marcado por violências, distanciando aqueles que não tem o direito ao lúdico e acesso garantido aos espaços (Lefebvre, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou mostrar uma análise em torno dos processos realizados em torno do futebol paraibano entre os anos de 1961 e 1962, evidenciando principalmente os impactos da criação da Divisão de Profissionais, vinte anos após o Decreto Lei n. 3.199/41, e as “tensões” em torno da reforma do Estádio Leonardo da Silveira.

Esses dois pontos contribuem para compreensão da ligação entre o pessoense e o futebol local, tendo em vista a relação com o *espaço* e o seu entorno, em especial o bairro de Cruz das Armas e a cidade de João Pessoa. No primeiro momento foi pertinente compreender o contexto político que se passava no Estado entre os anos de 1961 e 1962, em diálogo com a historiografia sobre o governo de Pedro Gondim (Cittadino, 1998) e as Ligas Camponesas (Benevides, 1985), e a relação dessas classes com o futebol, instrumentalizado politicamente no primeiro de maio de 1961, nas comemorações do dia do trabalhador.

Além disso, foi pertinente a discussão de como estava o cenário profissional futebolístico após vinte anos o Decreto lei n. 3.199/41, a partir do diálogo entre as dissertações de Diogo Leite (2017) e Marcos Batista Neto (2018), percebendo que a década de 1960 foi um marco, e o jogador de futebol passa a vender cada vez mais sua “energia” em troca de salário.

Já sobre a reforma do Estádio da Graça e seu entorno, dialogamos com o trabalho do João Malaia Santos e Rafael Fortes (2021), tendo em vista a análise teórica-metodológica sobre os estádios da Ditadura a partir de Lefebvre. Os conceitos de *espaço* e *direito à cidade* (Lefebvre, 2016) foram fundamentais para compreender as tensões em torno da reforma, além de estar em diálogo com os processos de urbanização e modernização do período, a partir das novas ocupações que estavam ocorrendo pela cidade.

Não foi possível chegar a uma resposta final sobre os motivos dos pessoenses torcerem ou não para os times locais, mas esperamos que as discussões feitas tenham sido um “tijolo” que contribuiu para a “construção” de uma história do futebol paraibano. Espera-se que as informações obtidas e a análise realizada contribuam com algum “cronista historiador” do esporte do futuro para a realização de outras pesquisas em torno do futebol local, que possam partir de diferentes contextos históricos, como também a partir de outros objetos de análise, seja os estádios, jogadores, clubes, torcedores, dirigentes, que praticaram e vivenciaram o esporte na capital da Paraíba.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

A UNIÃO. Janeiro – dezembro (1961); janeiro – maio (1962).

O NORTE. Janeiro – dezembro (1961); janeiro – maio (1962).

CORREIO DA PARAÍBA. Janeiro – abril (1961); setembro – dezembro (1961); janeiro – maio (1962)

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH: Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto**, v. 15, p. 235–256, 2005.

Disponível em:

https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/202021905621c923047793c2cd1af7535/Histria_Social._LPH_UFOP_2005.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATISTA NETO, Marco Antônio da Silva. **"Operários" da bola?: experiências sobre a profissionalização dos jogadores e clubes de futebol de Campina Grande - PB (1960-1975)**. 2018. 154f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2018. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/28371>. Acesso em: 04 set. 2025.

BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BLOCH, March. **Apologia da história ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Phelipe Caldas Pontes. **O Belo e suas torcidas**: um estudo comparativo sobre as formas de pertencimento que cercam o Botafogo da Paraíba. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18999>. Acesso em: 19 maio 2025.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor (orgs.). **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna. *In*: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015; p. 141-158.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-32.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **A hora e a vez dos esportes: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931–1950)**. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2011. Disponível em: <https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Andre-Couto.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014, 277p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 2. ed. São Paulo: L&PM, 2004.

GOMES, George Henrique de Vasconcelos. “**A DIVERSÃO DE TODOS PREFERIDA**”: o Futebol no cotidiano da cidade de Parahyba do Norte (1908 -1926). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2014.

GOMES, George Henrique de Vasconcelos. O futebol no cotidiano da cidade da Parahyba do Norte no início do século XX. In: V CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA e V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 2016, Aracaju. **Anais eletrônicos**. Aracaju: ANPUH/SE, 2016. Disponível em: [https://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486575010_ARQUIVO_OFutebolnoCotidianodaCidadedaParahybadoNortenoiniciodoseculoXX-TextoCompleto-GeorgeHenriquedeVasconcelos\(1\).pdf](https://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486575010_ARQUIVO_OFutebolnoCotidianodaCidadedaParahybadoNortenoiniciodoseculoXX-TextoCompleto-GeorgeHenriquedeVasconcelos(1).pdf). Acesso em: 19 mai. 2025.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Orgs.). **À sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do futebol (e outras coisas...)** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 640 p.

GUEDES, Simoni Lahud. **O futebol brasileiro: instituição zero**. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: O direito à cidade II**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEITE, Diogo Pimenta Pereira. **Quem manda no futebol da Paraíba?: elites políticas e estado novo (1941-1947)**. 2017. p. 155. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11981>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. 192 p.: il. (Coleção Ensino & Memória, 1).

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2018.

MARQUES, Walfredo. **A História do Futebol Paraibano**. João Pessoa: A União CIA Editora, 1975.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **As Festas da Nação - civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de João Pessoa.

NASCIMENTO, Edônio Alves do. **A esfera como metáfora: representações do futebol no campo da literatura (leituras do tema no conto de ficção)**. 2011. 403 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Os Movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-militar na Paraíba. In: Anpuh – **XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/auploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_7e7b02e8edf1f4ec103cf5b545c26726.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

OLIVEIRA, Iago Sarinho de. **O Primeiro Grande da Paraíba: Futebol, política e sociedade nos primórdios do Clube Cabo Branco**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902–1938)**. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/129716>. Acesso em: 19 maio 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FORTES, Rafael. ‘Brasil-grande, estádios gigantescos’: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 166-183, 2021.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar**: possibilidades de investigação no acervo digital do Sian. *Acervo*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1897>. Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, Diana Mendes Machado da. *Apontamentos para uma história social do futebol*. 2010, São Paulo. I Simpósio Internacional de estudos sobre futebol. **Simpósio 2010**.

SILVA, Diana Mendes Machado da. **A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928–1950)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29102013-113153/pt-br.php>. Acesso em: 19 maio 2025.